



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE AGRONOMIA

FRANCISCO TAVARES FORTE NETO

**ANÁLISE DO PROJETO SÃO JOSÉ NA REDUÇÃO DA POBREZA DAS FAMÍLIAS
DO ASSENTAMENTO VIDA NOVA/ARAGÃO-CE.**

FORTALEZA

2019

FRANCISCO TAVARES FORTE NETO

ANÁLISE DO PROJETO SÃO JOSÉ NA REDUÇÃO DA POBREZA DAS FAMÍLIAS DO
ASSENTAMENTO VIDA NOVA/ARAGÃO-CE.

Monografia submetida ao curso de Graduação em Agronomia, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: Profa. Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima

Coorientadora: Dra. Maria Lúcia de Sousa
Moreira

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F841a Forte Neto, Francisco Tavares.
Análise do Projeto São José na redução da pobreza das famílias do Assentamento Vida Nova - Aragão-CE. / Francisco Tavares Forte Neto. – 2019.
62 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Agronomia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima.
Coorientação: Profa. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira.

1. Projeto São José. 2. Pobreza Rural. 3. Assentamentos Rurais. I. Título.

CDD 630

FRANCISCO TAVARES FORTE NETO

Monografia submetida ao curso de Graduação em Agronomia, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Aprovado em: 18/06/2019

BANCA EXAMINADORA

Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima (**Orientadora**)

Universidade Federal do Ceará

Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira (**Coorientadora**)

Universidade Federal do Ceará

Cecília Barreto Rodrigues

Eng. Agrônoma, Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFC

Renata de Araújo Silva

Eng. Agrônoma, Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFC

Dedico este trabalho a Deus, minha mãe Maria Albertina e todos aqueles que sonharam junto comigo e contribuíram para que minha caminhada ocorresse de forma exitosa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser a base que me fortaleceu, deu forças e esperança para concretizar meus objetivos, a quem recorri nos momentos mais difíceis da minha jornada, todo meu amor, respeito e gratidão.

À minha mãe, Maria Albertina de Farias que sempre foi a maior incentivadora e referência, que através de seu amor, esforço, confiança, exemplos, ensinamentos, me encorajou a chegar até aqui e realizar um sonho que é nosso.

À minha irmã, Juliana Farias Forte (*in memoriam*), que desde sempre foi minha grande inspiração, que me mostrou a importância de buscar o conhecimento, e foi fundamental nesta caminhada.

Aos meus avós, Rocilda Xavier e Francisco Tavares (*in memoriam*) pelos conselhos e apoio durante toda minha vida.

Aos demais familiares, que puderam de alguma forma me auxiliar durante a minha jornada.

À Universidade Federal do Ceará, pela oportunidade de cursar a graduação em Agronomia.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET) Agrárias – Conexão de Saberes e ao Programa Residência Agrária pela concessão da bolsa de estudo, me oportunizar aprendizados e experiências únicas, que foram essências para minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

À professora Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, minha orientadora, pelos preciosos ensinamentos repassados, paciência, competência, incentivo e todo suporte ao meu trabalho, meus sinceros agradecimentos.

À professora Maria Lúcia de Sousa Moreira, minha tutora PET, que além de tudo se mostrou uma grande amiga, me repassando valiosos ensinamentos não limitados à academia, mas também sobre a vida. Agradeço todas as palavras de apoio e por sua compreensão.

À Cecília Barreto Rodrigues, por aceitar fazer parte da minha banca e me agregar conhecimentos com suas sugestões, e relevantes apontamentos.

À Renata de Araújo Silva, por sua disponibilidade, e valiosa contribuição para a melhoria de minha pesquisa.

À todas as famílias do Assentamento Vida Nova /Aragão, e em especial Maciélia, Dona Célia, Regina e Seu Francisco, pela acolhida, troca de conhecimentos, momentos de alegria e suporte, fundamentais para a realização do meu trabalho.

Às entidades estudantis das fui membro, Centro Acadêmico Dias da Rocha e Federação do Estudantes de Agronomia do Brasil, por serem espaços de discussão e luta por uma Universidade e agronomia mais justa e com uma maior atenção para as causas sociais.

À turma de Aspectos Sociais da Agricultura 2019.1, pela disponibilidade e grande ajuda em uma das etapas da minha pesquisa.

Aos amigos que a Agronomia 2014.1 me presenteou, Aline, Melina, Ana Vitória, Mayara, Rômulo, Ruggeri, Marina e Lindenberg por todo o companheirismo, compartilhamento de conhecimento, suporte e momentos felizes durante todo o período de graduação. Foram responsáveis por deixar esse percurso mais leve e divertido.

Ao amigo e companheiro Victor Ferreira, que contribuiu e me incentivou em todos os momentos que precisei, que me aconselhou e se fez presente nos momentos de maior dificuldade.

Aos demais amigos e pessoas especiais que a Universidade e em particular a graduação em agronomia me proporcionou, suas palavras de incentivo e motivação, momentos de descontração e o carinho que me deram, foram indispensáveis para minha caminhada.

Aos membros do Programa Residência Agrária, que além de companheiros de bolsa, foram amigos que eu tive a sorte de conhecer, Mariana, Luiza, Ana Vitória Feijó, Érica, Mara, Leolete, Cíntia, Leonardo, Aristides, Lívia, Ligia, Amanda e Lúcio, que compartilharam comigo diversos ensinamentos e vivências inesquecíveis, durante o período que estivemos juntos.

Gratidão a todos e todas!

Se a terra foi Deus quem fez,
Se é obra da criação,
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.
Quando um agregado solta
O seu grito de revolta,
Tem razão de reclamar.
Não há maior padecer
Do que um camponês viver
Sem terra pra trabalhar

(Patativa do Assaré)

RESUMO

A pobreza é uma problemática atemporal e envolve diversas dimensões. Ela é medida de diferentes formas. A partir do conhecimento dos aspectos multidimensionais da pobreza é possível fomentar discussões para a superação desse problema. A pobreza rural possui especificidades e necessita de debates específicos para atender às demandas da população do campo. Neste cenário se inserem o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR). O PCPR busca melhorar as condições de vida das famílias que residem em assentamentos e comunidades rurais. Um exemplo é o Projeto São José (PSJ), criado em 1996, para financiar projetos que beneficiam as famílias participantes. O objetivo deste estudo é analisar a atuação do PSJ na redução da pobreza em pequenas comunidades rurais, como o Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado em Miraíma – CE. A metodologia utilizada para análise foi dividida em diferentes etapas, iniciando com a coleta de dados mediante a aplicação de questionário. A amostragem foi realizada de modo aleatório, e 25 famílias foram selecionadas. Em seguida sucedeu-se as demais etapas: descrição da trajetória do PSJ no assentamento, verificação dos impactos de curto e longo prazo, análise da contribuição do PSJ para a redução da pobreza e, por fim, a identificação dos fatores que favorecem e limitam os impactos do PSJ no assentamento. Os principais resultados mostraram que o PSJ teve impactos positivos sobre as famílias contempladas. Foram observados aumento de renda, acesso à serviços básicos, melhoria na organicidade local, incremento da infraestrutura, dentre outros aspectos. Os fatores que podem ter colaborado para esses impactos positivos foram a união entre os assentados e a aplicação direcionada dos recursos financeiros. Por outro lado, problemas na fase de planejamento e a falta de acompanhamento contínuo de ATER desfavoreceram os resultados do PSJ. Apesar de apresentar resultados positivos no geral, há a necessidade de melhorias na implantação do PSJ. Como sugestão para potencializar a atuação do projeto indica-se ampliar as benfeitorias dentro do assentamento.

Palavras-chave: Projeto São José. Pobreza Rural. Assentamento Rural.

ABSTRACT

Poverty is a timeless problem and involves several dimensions. It is measured in different ways. Based on the knowledge of the multidimensional aspects of poverty it is possible to foster discussions to overcome this problem. Rural poverty has specificities and needs specific debates to meet the rural population demands. It is in this context that Rural Poverty Combat Programs (PCPR) to hinder. The PCPR seek to improve the living conditions of families that lives in settlements and rural communities. One example is the Project São José Project (PSJ), created in 1996, to finance projects that benefit participating families. The objective of this study is to analyze the performance of the PSJ in the reduction of poverty in small rural communities, like the case of Settlement Vida Nova/Aragão, located in Miraíma - CE. The methodology used for analysis was divided in stages, starting with the data collection using questionnaire. The sample used in this study was selected from random statistical sampling method and consisted of 25 families residing in the settlement. Following this, other steps were achieved: description of the PSJ's trajectory in the settlement, verification of long and short-term impacts, analysis of the contribution of the PSJ to poverty reduction, and finally, identification of factors that favor and limit impacts on the settlement. The main results showed that the PSJ had positive impacts on the families contemplated. Increases in income, access to basic services, improvement of local organization, increase of infrastructure, among other aspects were observed. The factors that may have contributed to these positive impacts were the union between the settlers and the targeted application of financial resources. On the other hand, problems in the planning stage and the lack of continuous monitoring of technical assistance have disadvantaged the results of the PSJ. Despite the positive results overall, there is a need for improvements in the implementation of the PSJ. As a suggestion to enhance the performance of the project, it is indicated to increase the improvements within the settlement.

Key words: Project São José. Rural Poverty. Rural Settlement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do Município de Miraíma – Ceará.....	34
Figura 2 - Etapas da pesquisa para avaliação do PSJ no Assentamento Vida Nova/Aragão.....	37
Figura 3 - Açude construído pelo subprojeto de abastecimento de água com recursos do PSJ I.....	39
Figura 4 - Trator e implementos agrícolas adquiridos pelo subprojeto produtivo de mecanização com recursos do PSJ II.....	40
Figura 5 - Uma das áreas de plantio de palma e um dos reprodutores adquiridos pelo subprojeto produtivo de investimento na produção de ovinos e caprinos.....	41
Figura 6 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a participação nas três fases do projeto.....	41
Figura 7 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a participação nos subprojetos do PSJ	42
Figura 8 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a principal atividade	43
Figura 9 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a percepção do impacto do PSJ em diferentes aspectos produtivos e econômicos no assentamento	44
Figura 10 - Notas atribuídas pelos beneficiários a fatores que podem interferir nos resultados do PSJ (escala de 0 a 10)	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a opinião quanto à magnitude do impacto do PSJ sobre os indicadores de pobreza.....47

Tabela 2 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a satisfação em relação aos indicadores de pobreza.....49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDS - Índice de Desenvolvimento Social
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
- IPM - Índice da Pobreza Multidimensional
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- PAC2 - Programa de Aceleração do Crescimento
- PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
- PCPR - Programas de Combate à Pobreza Rural
- PDRS - Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável
- PET - Programa de Educação Tutorial
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação escolar
- PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
- PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- PSJ - Projeto São José

SEBRAE/MG - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/Minas Gerais

SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal

TC - Tempo Comunidade

TU - Tempo Universidade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS RURAIS	19
2.1. Pobreza multidimensional: conceito e suas abordagens	19
2.2. Metodologias para definição da pobreza	21
2.3. Pobreza Rural.....	24
2.4. Políticas públicas e o combate à pobreza rural.....	27
2.5. Projeto São José (PSJ)	30
3. METODOLOGIA	34
3.1. Descrição da área de estudo.....	34
3.2. Caracterização do instrumento da coleta de dados.....	35
3.3. Métodos de análise.....	37
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
4.1. A trajetória do Projeto São José no Assentamento Vida Nova/Aragão.....	39
4.2. Impactos de curto e longo prazo do PSJ	42
4.2.1. <i>Impactos de curto e longo prazo do subprojeto abastecimento de água</i>	<i>44</i>
4.2.2. <i>Impactos de curto e longo prazo do subprojeto produtivo (mecanização)</i>	<i>45</i>
4.2.3. <i>Impactos de curto e longo prazo do subprojeto de produção animal</i>	<i>46</i>
4.3. Contribuição do PSJ para a redução da pobreza	47
4.4. Fatores que favorecem e limitam os impactos do PSJ	50
5. CONCLUSÃO	54
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
APÊNDICE A	60

1. INTRODUÇÃO

O tema da monografia surgiu a partir do estágio de vivência iniciado em julho de 2017 no assentamento Vida Nova/Aragão, através do Programa de Educação Tutorial – PET Agrárias Conexões de Saberes do Programa Residência Agrária. A pedagogia desse Programa é a da alternância que estabelece dois tempos distintos, porém integrados no decorrer do estágio: Tempo Comunidade (TC) e Tempo Universidade (TU).

Nesses tempos didaticamente constituídos, o autor da monografia pôde vivenciar, estudar e propor ações que somadas a outras iniciativas puderam colaborar com o cotidiano das famílias assentadas. Esse período possibilitou ao pesquisador, observar principalmente a pobreza e o acesso de programas e políticas públicas de combate a mesma. No TC, visitas, reuniões, registros no diário de campo, dinâmicas de grupo e oficinas temáticas de interesse das famílias assentadas, foram técnicas que propiciaram juntamente com outras ferramentas a visibilização dessa realidade. No TU, foram realizados estudos, pesquisas, sistematizações que concorreram para a escolha do tema, delimitação do objeto de pesquisa, bem como a elaboração da monografia. Dessa forma, a pobreza e as políticas públicas voltadas para o campo passaram a constituir a base desse trabalho de pesquisa.

A pobreza rural no Brasil é derivada dos processos de ocupação e formação econômica do país. Alguns mecanismos tiveram relevante participação no aumento dessa problemática, como a concentração fundiária, relações precárias de trabalho, urbanização acelerada que esvazia o campo, limitações na educação e restrições a serviços básicos, fatos muito frequentes no nordeste brasileiro (ZIMMERMANN; GRISA; TECCHIO; LEITE; BONNAL; CAZELLA; DELGADO; MALUF; MATTEI, 2014).

Além disso, a região nordeste tem a questão climática como agravante, pois por estar inserida no semiárido brasileiro as práticas agropecuárias são ainda mais complexas de serem desenvolvidas. Ao enfrentar longos períodos de estiagem e uma má distribuição temporal da chuva, que é concentrada em poucos meses ao longo do ano, encontra-se maiores dificuldades na realização das atividades agrícolas, assim há a necessidade de políticas de geração de emprego e renda (DRUMOND; KIILL; LIMA; OLIVEIRA; OLIVEIRA; ALBUQUERQUE; NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2000).

O Ceará, assim como outros estados do país apresenta elevados índices de pobreza rural, apesar da existência de diversas políticas públicas voltadas para o campo,

que têm como finalidade o desenvolvimento da localidade, implemento de renda e diminuição do êxodo rural. Destacam-se algumas como o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e mais especificamente o Projeto São José (PSJ) (COSTA, 2004; SOBREIRA, 2014; PASSOS, 2014; KHAN; SILVA, 2005).

O PSJ é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará em parceria com o Banco Mundial, que já contou com três edições. Tem como objetivo principal o combate à pobreza rural. Dessa maneira, almeja o acesso das populações rurais aos meios de geração de emprego e renda, a provisão de infraestrutura a comunidades rurais e o incentivo à serviços sociais básicos, assim visa a melhoria das condições dessas famílias (KHAN; SILVA, 2005).

Apesar do PSJ ter uma grande abrangência no Ceará e de buscar a redução da pobreza desde 1995, pesquisas mostram que ainda há um grande número de comunidades rurais pobres no Ceará (MANCAL, 2015). O cenário observado levanta dúvidas sobre a efetividade desta política pública.

Incertezas quanto aos resultados esperados de políticas públicas como o PSJ, impulsiona avaliações que esclareçam sobre: Quais os reais impactos do PSJ nas comunidades beneficiadas? Quais fatores favorecem e limitam estes impactos? Quais as transformações socioeconômicas decorrentes da implementação do PSJ nas comunidades rurais?

As respostas a questões sobre o impacto de políticas públicas não são únicas e podem variar de acordo com especificidades regionais, culturais, climáticas. Alguns fatores podem ser fundamentais para o êxito ou não da implantação de determinada política pública, tais como: a organicidade, presença de assistência técnica, localização geográfica e aspectos socioculturais da comunidade rural beneficiada. Nesse sentido, estudos de caso são úteis para subsidiar estratégias que poderão potencializar resultados de intervenções em escalas locais. Essa visão estimulou a realização da presente pesquisa, cujo objetivo geral é analisar a atuação do PSJ na redução da pobreza em pequenas comunidades rurais, como o Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado em Miráima – CE.

Especificamente pretende-se:

- a) Descrever a trajetória do PSJ dentro deste assentamento rural;

- b) Verificar os impactos de curto e longo prazo do PSJ;
- c) Explanar a contribuição do PSJ para a redução da pobreza;
- d) Identificar os fatores que favorecem e limitam os impactos do projeto em questão.

2. POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS RURAIS

Esse capítulo tem como proposta apresentar a importância de conhecer e implementar o conceito de pobreza, na sua perspectiva multidimensional, quando se deseja elaborar políticas públicas para o meio rural. Nesse sentido, encontra-se organizado em cinco seções que abordam i) a multidimensionalidade da pobreza, ii) algumas tentativas de mensuração da pobreza, iii) a pobreza rural no Brasil, iv) as políticas públicas de combate à pobreza rural e, por fim, v) o Projeto São José como estratégia de combate à pobreza rural no Ceará, onde se localiza a área de estudo dessa monografia: o Assentamento Vida Nova/Aragão, localizado em Miráíma, região noroeste do Ceará.

2.1. Pobreza multidimensional: conceito e suas abordagens

Não é recente a discussão sobre o fenômeno pobreza. Contudo, a literatura atual sugere que deve ser compreendido num contexto social, histórico e cultural. Neste sentido não existe uma só definição para o termo, pois o mesmo possui um significado dinâmico (CORREA, 2011).

De uma forma bastante ampla, a pobreza é considerada como a privação acentuada dos elementos básicos para a sobrevivência humana, incluindo a falta de alimentação adequada, a carência de habitação e vestuário, a baixa escolarização, a falta de participação nas decisões políticas etc. Isso se manifesta no fato de certos indivíduos não possuírem renda e/ou patrimônio suficientes para ter acesso a bens e serviços essenciais em níveis considerados adequados, de acordo com o padrão vigente numa sociedade (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, 2004, p. 07).

Para Rezende (2015) com o passar dos anos o debate para a definição do conceito e mensuração da pobreza recebeu a contribuição de diversos autores que desenvolvem pesquisas para embasar tal discussão, entre eles pode-se citar: Laderchi; Saith; Stewart, 2013; Rocha, 2003; Codes, 2008; Feres; Mancero, 2001; Sen, 2000. Percebe-se que as conceituações de pobreza nem sempre são convergentes. Há uma grande variedade de abordagens possíveis, porém as mais comuns nos estudos são a monetária, referente à renda e consumo; a de necessidades básicas e a de capacidades.

A abordagem monetária, dentre todas é que vem sendo estudada há mais tempo, e ainda hoje é fortemente utilizada para as definições de pobreza. Nela, a renda e o poder de consumo são os principais indicadores da vulnerabilidade econômica, neste

sentido o *déficit* ou a insuficiência de capital é compreendido como pobreza (REZENDE, 2015).

Segundo Rezende (2015) a pobreza no decorrer do tempo tem sido reconhecida como fenômeno multidimensional, o que provoca o aparecimento de novas abordagens e dimensões para caracterizá-la. Neste contexto aparecem as concepções de necessidades básicas insatisfeitas e de capacidades.

De acordo com Silva, Araújo, Justo e Campos (2017) a abordagem das necessidades básicas começou a se destacar na década de 1970, e englobou diversas áreas. Assim, incorporou não apenas a ideia de falta ou *déficit*, mas também o que é essencial e indispensável.

Conforme Gough e Doyal (1991) apud Silva, Araújo, Justo e Campos (2017) a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas é consolidada nos danos causados na vida das pessoas. Entende-se por danos o impedimento aos seres humanos tanto em sua vida física, quanto nas condições sociais.

Rezende (2015) relata que as necessidades básicas das pessoas compreendem a falta de acesso a bens e serviços de ordem alimentícia e não alimentícia, englobando alguns fatores como vestuário, educação, moradia, água potável, coleta seletiva de lixo, saneamento, segurança, dentre outros. Tal critério para análise da pobreza incorpora diversos aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, pois eles não apenas se alimentam, mas também trabalham, se relacionam e vivem em sociedade.

Por fim a vertente das capacitações que começa a ser discutida em 1980. Ultrapassa o contexto de renda, e discute a pobreza por meio da justiça e desigualdade social. Para embasamento dos argumentos, compreende-se que a desigualdade pode ser mensurada através da realização dos indivíduos. Analisa como particularidades pessoais e sociais podem variar de forma complexa, o que leva a alterações interpessoais na conversão de recursos e de bens primários (SEN, 2000).

Ainda de acordo com Sen (2000), o fundamento básico da dimensão das capacitações está no bem-estar das pessoas de acordo com a liberdade que elas têm de fazer ou ser aquilo que desejam. Esta liga diretamente a liberdade de escolha à qualidade de vida. Portanto é possível analisar elementos importantes como: heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferença de perspectivas relativas e distribuições intrafamiliar.

Nessa abordagem, entende-se que apenas os bens primários não seriam suficientes, são necessárias habilidades pessoais que possibilitem a conversão dos bens

primários na realização de objetivos e conseqüentemente a satisfação do indivíduo. Tais habilidades são chamadas pelo autor de “funcionamentos”, ou seja, o que a pessoa considera relevante “ser” ou “fazer” (SEN, 2000).

Os funcionamentos seriam os mais variados possíveis, como por exemplo: ter um grau de instrução educacional que permita uma pessoa realizar um objetivo, estar saudável, bem nutrido, ter respeito próprio, apresentar condições de participar da vida social e política da comunidade, entre outras. Combinações alternativas de funcionamentos factíveis a uma pessoa implicariam a sua capacitação (*capability*) ou a possibilidade de escolher estilos de vida diversos (DEUS; CAMPOS; CAMPOS; OLIVEIRA; CARVALHO, 2015, p. 60).

As diferentes formas de abordar o conceito de pobreza devem ser compreendidas como uma maneira de entender as suas dimensões e uma forma de subsidiar políticas públicas viáveis e exequíveis.

A definição desses conceitos torna-se importante nos estudos de pobreza por permitir uma visão mais clara e analítica do objeto de estudo. Ao compreender a complexidade do fenômeno, seus diferentes conceitos e formas de abordagem, torna-se possível conceber políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.03).

O entendimento correto do conceito de pobreza é eficaz, também, na elaboração de procedimentos metodológicos para sua mensuração e para a avaliação de políticas públicas voltadas para a redução do problema.

2.2. Metodologias para definição da pobreza

Além das diferentes dimensões existentes para a definição da pobreza, há diversas metodologias na literatura que se propõem a determinar a linha da pobreza. Uma delas é utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tal forma de definir a linha da pobreza toma US\$ 1,00 por pessoa/dia utilizada pelo Banco Mundial para comparações internacionais. (DEUS; CAMPOS; CAMPOS; OLIVEIRA; CARVALHO, 2015).

Esse método é questionado por alguns autores, como Lemos (2008), que critica o procedimento adotado pelo Banco Mundial, pois para o autor um brasileiro que ganhe em moeda brasileira, o correspondente a mais de US\$ 1,00 por dia, já não se enquadra como pobre para os órgãos que utilizam tal metodologia. Mesmo não caracterizado teoricamente como pobre, segundo os padrões mencionados anteriormente,

na prática tal indivíduo pode pagar um valor próximo do que ganha para se deslocar para o emprego que lhe garanta tal renda, ou seja, a pessoa em questão está sim em condições de pobreza.

Soares (2009) descreve uma outra metodologia para a determinação da linha da pobreza. Esta usa a quantidade de calorias necessárias para uma vida saudável. São utilizados estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para identificar a quantidade de calorias e nutrientes necessários a uma vida saudável de acordo com a faixa etária, peso, altura e gênero.

Tal como o nome sugere, é possível definir uma linha de pobreza a partir do consumo observado de calorias de cada família e nada mais. Faz-se a hipótese de que as pessoas otimizam seu consumo e que seus estômagos lhes dizem que comida é um bem essencial. Portanto, nenhuma hipótese normativa adicional se faz necessária (SOARES, 2009 p.19).

O autor ainda aponta desvantagens técnicas para esse método, como: a maioria destas pesquisas não leva em consideração as calorias que são consumidas fora de casa, dessa forma, a linha da pobreza em áreas nas quais se come muito em casa (geralmente áreas rurais ou pequenas cidades), sejam muito mais baixas em relação aos centros urbanos e áreas metropolitanas, nas quais as pessoas consomem grande parte de suas calorias fora de casa (SOARES, 2009).

Soares (2009) descreve outra desvantagem observada, as oscilações dos preços dos alimentos de acordo com a região em que vivem as pessoas. Outra variação que deve ser considerada é do valor dos bens e serviços não alimentares, pois uma queda nos preços desses bens ou serviços pode alterar o poder de consumo das famílias, e conseqüentemente aumentando ou reduzindo as calorias consumidas.

Deus, Campos, Campos, Oliveira e Carvalho (2015) apresentam também outra metodologia, utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): linha de pobreza extrema (indigência) representada por $\frac{1}{4}$ de salário mínimo mensal per capita; e linha de pobreza representada por $\frac{1}{2}$ de salário mínimo mensal per capita.

Críticas são feitas a tal método, pois leva em consideração unicamente a renda da população, para estipular as linhas de pobreza. Porém ao adotar uma visão holística e considerar a pobreza como fenômeno multidimensional, nota-se a insuficiência dessa metodologia, como foi explanado no tópico anterior com as variadas dimensões que a pobreza apresenta (DEUS; CAMPOS; CAMPOS; OLIVEIRA; CARVALHO, 2015).

Existe também uma metodologia que propõem uma análise mais ampla da pobreza:

O Índice da Pobreza Multidimensional (IPM) foi lançado em 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como alternativa complementar às medidas monetárias de mensuração da pobreza. A pobreza é uma questão social caracterizada por diversos fatores, tais como exclusão social, baixa escolarização, condições precárias de habitação e falta de acesso a bens e serviços. Sendo assim, a renda, sozinha, não é necessariamente um indicador suficiente para sinalizar melhora na qualidade de vida das pessoas. O IPM analisa a pobreza em suas várias dimensões, possibilitando a gestão das informações, fornecendo subsídios para a focalização das políticas públicas e a priorização de ações para a sua superação, bem como para a definição de famílias e territórios prioritários (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 201-, p. 01).

O valor do IPM de uma localidade pode ser definido como o produto da incidência e a intensidade da pobreza, tal índice pode variar entre 0 que representa a ausência de pobreza e 1 que indica pobreza extrema (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 201-).

A definição e mensuração da pobreza se torna ainda mais complexa se consideradas as diferenças espaciais. Este o caso da análise do problema em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, em áreas rurais ou urbanas. Em termos de áreas rurais brasileiras, por exemplo, estudos mostram que estas regiões concentram o maior número de pobres do Brasil. Esse contexto suscita uma atenção especial para a pobreza rural e meios de combatê-la (SOARES; SOUZA; SILVA; SILVEIRA; CAMPOS, 2016).

Ao entender a pobreza como um fenômeno multidimensional, sabe-se que muitos fatores podem ser determinantes e caracterizam a pobreza e indigência, como por exemplo o espaço geográfico no qual estão inseridos. Neste cenário é fundamental reconhecer que existem diferenças entre as demandas do campo em relação as dos centros urbanos, sendo essa a primeira etapa para o êxito na análise da pobreza rural (DEUS; CAMPOS; CAMPOS; OLIVEIRA; CARVALHO, 2015). Os autores ainda relatam que algumas problemáticas relacionadas a confrontos entre agricultura familiar e grandes empresas do agronegócio, questões fundiárias, carências de infraestrutura física primária, dentre outros, são mais frequentes no meio rural. É essencial debater as especificidades socioeconômicas do campo, caso se queira chegar a conclusões sobre esse fenômeno, que se instala e afeta milhares de famílias camponesas.

2.3. Pobreza Rural

Segundo dados do World Bank (2018), ao longo dos anos ao redor do mundo, uma quantidade menor de pessoas, vive numa situação de pobreza extrema, apesar de quase metade da população mundial (cerca de 3,4 bilhões de pessoas) ainda possuírem dificuldades para atender as necessidades básicas.

A meta do Banco Mundial é erradicar a extrema pobreza (renda inferior a US\$1,90 cerca de R\$ 7,06 por dia) até 2030. A porcentagem da população mundial que atualmente vive nesta situação caiu para 10% em 2015, porém o ritmo dessa redução diminuiu (WORLD BANK, 2018).

Embora as taxas de pobreza extrema tenham baixado substancialmente, tendo caído de 36% em 1990, a análise ampla do relatório sobre a natureza da pobreza demonstra a magnitude do desafio da sua erradicação. Mais de 1,9 bilhão de pessoas, ou 26,2% da população mundial, viviam com menos de US\$ 3,20 por dia em 2015. Cerca de 46% da população mundial vivia com menos de US\$ 5,50 por dia (WORLD BANK, 2018, n.p).

Já em relação ao Brasil, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), em 2017 cerca de 54,8 milhões de pessoas viviam com uma renda inferior a R\$ 406 por mês, dois milhões a mais em relação aos dados de 2016. Esses resultados revelam que a taxa da população que vive em situação de pobreza subiu de 25,7% para 26,5%.

No que diz respeito à pobreza rural brasileira Maluf e Mattei (2011), afirmam que a mesma possui elevada concentração geográfica. Da totalidade de pessoas consideradas como pobres, 53% estão inseridas na região Nordeste do país, e ainda na mesma região estão 70% do total de pessoas extremamente pobres. Se unir os dados das regiões Nordeste e Norte, os números surpreendem, pois, as duas regiões juntas concentram 66% do total da população rural pobre do Brasil, e há uma elevação do percentual para 81% para as pessoas extremamente pobres situadas no meio rural.

Ao considerar apenas a população da região Nordeste, nota-se que das pessoas que vivem em espaços rurais, 30% delas são classificadas como pobres e 38% como extremamente pobres, sendo Alagoas o estado com maior número de pobres, seguido do estado do Maranhão (MALUF; MATTEI, 2011).

A pobreza rural está relacionada à rápida industrialização e urbanização do país, processos esses que ocorreram na segunda metade do século XX, que demonstraram uma grande dicotomia como resultados. Se, por um lado, ocorreram diversos avanços na

expansão da produção econômica, de outro lado, ocorreram danosas consequências sociais, como por exemplo a elevação dos índices de pobreza (MALUF; MATTEI, 2011).

Ainda para Maluf e Mattei (2011), tal modelo de desenvolvimento da agricultura também contribuiu com a pobreza por meio dos seguintes mecanismos:

Concentração fundiária, que expropriou o camponês; uso intensivo de tecnologias modernas, que desempregam; relações precárias de trabalho, que degradam a vida dos trabalhadores; urbanização acelerada, que esvazia o meio rural do país (MALUF; MATTEI, 2011, p.18).

Além dos mecanismos mencionados anteriormente, Maluf e Mattei (2011), ainda destacam outros determinantes históricos da pobreza rural do Brasil, com por exemplo:

- a) Acesso à terra: é um aspecto importante pois a negação desse direito é um relevante fator de exclusão social;
- b) Capacidades humanas: nessa variável destaca-se o papel fundamental da educação na elevação da renda das pessoas, porém quesitos como qualidade do ensino necessitam de uma melhor avaliação;
- c) Acesso e participação nos mercados: este tópico se refere à carência de tecnologias e a própria qualidade dos produtos, acaba dificultando a inserção dos agricultores de pequeno porte no mercado;
- d) Acesso a serviços básicos: a privação destes serviços, são essenciais para entender o motivo pelo qual a pobreza rural permanece em patamares elevados em todas as regiões do mundo;
- e) Infraestrutura: Existem muitas deficiências em setores como habitação, saneamento básico, transporte, espaços de lazer, cultura, saúde e educação;
- f) Oportunidades de trabalho: Em muitas localidades do país começaram a surgir dificuldades de alocação da mão de obra rural, seja na agricultura ou nas demais atividades desenvolvidas no campo.

Soares, Souza, Silva, Silveira e Campos (2016), explanando especificamente sobre o Brasil, revelam que entre os anos de 2004 e 2013 houve uma queda nos índices de pobreza e extrema pobreza rural. Para os autores ainda que os dados mostrem uma situação dramática para a população rural, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, houve uma queda nos índices de pobreza e extrema pobreza entre os anos de 2004 e 2013.

O período 2004-2013 foi muito bom para a redução da pobreza no Brasil. A extrema pobreza caiu por um fator de quase dois, de 7,6 por cento dos brasileiros em 2004 para 4,0 por cento em 2013; a pobreza diminuiu por um fator de 2,5 no mesmo período, de 22,4 por cento para 8,9 por cento. No entanto, mais impressionante que a queda da pobreza no país na sua totalidade é a queda da pobreza entre os domicílios agrícolas. Basta dizer que, em 2004, a extrema pobreza agrícola era quase três vezes a extrema pobreza geral e, em 2013, ambas as taxas praticamente se igualaram (SOARES; SOUZA; SILVA; SILVEIRA; CAMPOS, 2016, p. 04).

Muitas pesquisas são realizadas e mostram a situação da pobreza rural no Brasil. Dados mais recentes registrados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO, 2018), revelam que existe um cenário positivo, ao se comparar a pobreza rural atual com a dos anos 1990. No Brasil em 1990 havia aproximadamente 71% de pessoas em Zonas Rurais passando por privações das mais variadas espécies, tal porcentagem caiu para 29% em 2014. E para o órgão é indispensável a atuação do poder público para a contínua redução dessas taxas.

Maluf e Mattei (2011) atribuem a redução nas taxas de pobreza e extrema pobreza rural no Brasil, ao crescimento econômico, à valorização do salário-mínimo, ao incentivo de políticas de apoio aos agricultores familiares e às políticas públicas de transferência de renda, principalmente a previdência rural e o programa bolsa família.

Contudo, sabe-se que diversas outras iniciativas promoveram melhoria na qualidade de vida da população rural. É o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que desde 1996 beneficia inúmeras famílias rurais em todo o país (PASSOS, 2014); O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, possibilita o escoamento da produção dos agricultores familiares e destina a pessoas que estejam em situação de insegurança alimentar (SOBREIRA, 2014); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que leva às escolas produtos oriundos da agricultura familiar, isso oportuniza o acesso dos estudantes à uma alimentação mais saudável e uma fonte de renda para os produtores, sendo esse programa reconhecido mundialmente por sua abrangência e eficácia (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015), dentre outras ações criadas com a finalidade de desenvolver e melhorar as condições de vida dos agricultores familiares.

2.4. Políticas públicas e o combate à pobreza rural

Segundo Maluf e Mattei (2011) as atividades econômicas desenvolvidas no campo não podem ser restritas à produção agropecuária, apesar desta, ser predominante no meio rural. O crescimento da produção agrícola é um importante fator no combate à pobreza rural, através da geração de empregos, aumento de renda e diminuição do preço dos alimentos. Dessa forma o setor agrícola tem contribuído fortemente na redução do problema da pobreza e fome em muitos países.

Entretanto o World Bank (2008) levanta questionamentos em relação a esse modelo de desenvolvimento agrícola. Pois segundo o mesmo existe uma concentração do desenvolvimento em um único setor, o das agroexportadoras, com grandes extensões territoriais, e com aporte de tecnologias que favorecem a produção em grande escala. Dessa maneira, acaba por excluir uma considerável parcela de trabalhadores, que não possuem as qualificações necessárias, deixando-os sem uma fonte de renda e sem a possibilidade de planejar um empreendimento agrícola que possa concorrer com as grandes empresas do mercado. Sob esta visão, o desenvolvimento da agricultura não contribui na redução da pobreza rural.

É evidente a importância da intervenção do governo na tentativa de amenizar o problema da pobreza no Brasil. Neste contexto se inserem as políticas públicas que podem ser definidas como ações, metas e planos desenvolvidos pelos governos (federais, estaduais ou municipais) que objetivam alcançar o bem-estar da sociedade. (SEBRAE/MG, 2008).

As políticas públicas que englobam o setor agropecuário devem ser bem planejadas e exequíveis, pois diferem das demais por conta das peculiaridades do setor, por exemplo, o fato de estar sujeito a contratemplos que não possam ser controlados, como as variações climáticas e a oscilação de preços no mercado. Portanto, tais políticas públicas devem ser diferenciadas de acordo com cada contexto no qual são empregadas, visando diminuir as incertezas que o setor apresenta e o melhor direcionamento dos recursos (MIELITZ NETO; MELO; MAIA, 2010).

Especificamente tratando-se da pobreza presente no meio rural, existem demandas sociais diferentes, que precisam ser discutidas. As políticas públicas de Combate à Pobreza Rural destinadas aos pequenos produtores, desfavorecidos na concorrência pelo mercado com as agroexportadoras, que não possuem a posse de terras, e que de alguma forma estão excluídos da dinâmica comercial e produtiva são de

fundamental importância para o combate ao êxodo rural, assim como a melhoria de vida das famílias camponesas (MALUF; MATTEI, 2011).

As Políticas Públicas de Combate à Pobreza Rural (PCPR) são políticas de cunho social, fomentando a organização produtiva e política. Os beneficiados ao serem inseridos no sistema socioeconômico através da geração de renda pela autogestão acabam aumentando as suas liberdades políticas e conseqüentemente aumentam suas cobranças por oportunidades (FORBELONI; NUNES; COSTA, 2015, p.02).

Neste sentido, Noce e Ferreira Neto (2016) afirmam que as ações, programas e/ou projetos oriundos de políticas públicas que visam o desenvolvimento rural e auxílio aos agricultores familiares, necessitam ser direcionadas e específicas a cada situação, pois além de serem demandas distintas das encontradas no meio urbano (como já foi mencionado anteriormente), diferem entre si por particularidades de suas características sejam elas edafoclimáticas e/ou socioculturais.

Dessa maneira, devem haver investimentos que visam o desenvolvimento rural, através do estímulo à agricultura familiar, pois a mesma é uma ferramenta fundamental para a manutenção da população no campo, assim, incentivos a esse sistema agropecuário devem ser mais acessíveis às famílias situadas nas zonas rurais, proporcionando melhores condições de bem-estar. (BUAINAIN, 2006).

Maluf e Mattei (2011) classificam as políticas públicas de enfrentamento a pobreza rural de acordo com sua área de atuação, com destaque para: políticas sociais, Políticas de Acesso aos Recursos Naturais, Políticas de Inclusão Produtiva.

As Políticas Sociais têm como principais objetivos:

- a) **Promover a inclusão social:** Foca em enxergar todos os indivíduos como cidadãos e cidadãs, não só como produtores (ras) de mercadorias; essas pessoas possuem direitos básicos relativos aos mercados de bens e de produtos, assim, devem ser tratadas de maneira igualitária;
- b) **Desenvolver a educação no campo:** Facilitar o acesso de toda população rural a serviços educacionais e formativos de qualidade, por meio de um sistema educacional adequado às especificidades que o meio rural apresenta;
- c) **Transferir renda:** Dar continuidade as ações governamentais já desenvolvidas, na busca de melhoria das mesmas, ao mesmo tempo que objetiva elevar o valor monetário das transferências de renda às famílias;
- d) **Ampliar o acesso aos bens e serviços:** Aumentar o acesso aos bens e serviços sociais, para toda a população que está inserida na zona rural.

As Políticas de Acesso aos Recursos Naturais voltam-se para gerar mecanismos de promoção do:

- a) **Acesso aos recursos naturais:** Para a real diminuição da pobreza rural, as políticas públicas devem incluir o acesso aos bens naturais indispensáveis à vida, como por exemplo a água;
- b) **Acesso à terra:** A universalização do acesso à terra é considerada como um elemento essencial no enfrentamento da pobreza rural, portanto, as políticas públicas devem visar novas configurações fundiárias, sendo a reforma agrária uma ferramenta importantíssima para isso.

Por fim, as políticas de inclusão produtiva estão direcionadas à:

- a) **Geração de emprego e renda:** Incentivo a realização de atividades produtivas, sejam elas agrícolas ou não, capazes de dar sustentação às pessoas em suas inserções nos diferentes mercados;
- b) **Dinamização nas áreas rurais:** Promover a diversificação das atividades econômicas no campo como forma de aumentar as oportunidades para a população rural;
- c) **Diversificação produtiva:** Políticas públicas que incentivam à diversificação produtiva de produtos agrícolas, e também à produção de autoconsumo como forma de suprir a possível carência nutricional das famílias rurais pobres;
- d) **Pesquisa e ATER:** Oferecer aos agricultores familiares tecnologias e assistência técnica adequadas à realidade de cada produtor, mecanismos esses que viabilizam a melhoria da produção;
- e) **Inserção aos Canais de comercialização:** Estimulam o acesso aos mercados para o escoamento da produção, assim, há a oportunidade de inserção dessas famílias na dinâmica econômica;
- f) **Matriz energética:** Buscar a erradicação da pobreza rural, por meio das oportunidades geradas pela exploração de energias renováveis.

Compreendendo as especificidades do meio rural, os variados determinantes da pobreza no campo e as áreas de atuação das políticas públicas que visam a erradicação da pobreza rural, é possível analisar a eficiência de tais estratégias. Existem iniciativas governamentais que merecem destaque por sua contribuição na redução da problemática da pobreza rural brasileira.

Segundo o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013), foram implementadas no Brasil diversas ações governamentais de relevância, destinadas à agricultura familiar e conseqüentemente a diminuição das taxas de pobreza rural.

Como pode-se destacar em nível nacional: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2); Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA); Programa Terra Legal; Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária; Terra Forte; Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; Garantia-Safra; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); Arca das Letras (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

É relevante destacar a atuação do governo estadual e municipal, além de intervenções realizadas por meio de entidades civis, organizações não governamentais. Uma importante iniciativa implementada no Ceará, unidade federativa de interesse da presente monografia, é o Projeto São José (PSJ) (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010), o qual merecerá uma apresentação na seção a seguir.

2.5. Projeto São José (PSJ)

Os Programas de Combate à Pobreza Rural (PCPR) são estratégias desenvolvidas no Brasil, que tiveram como inspiração o Projeto Solidariedade, desenvolvido no México, que possui uma proposta de trabalho conjunto entre associações e o governo. Um exemplo de PCPR bastante conhecido é o PSJ (KHAN; LIMA; SILVA; SOUZA, 2007).

O PSJ é uma iniciativa criada em 1995 e operacionalizada em 1996 pelo Governo do Estado do Ceará, que fez ajustes no Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). Após algumas modificações, o PAPP passou a ser conhecido como Projeto São José I (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2017).

Desenvolvido com o objetivo de combater a pobreza na área rural do Estado, através de financiamentos não-reembolsáveis, e fornecer apoio ao desenvolvimento das comunidades rurais num trabalho conjunto entre governo e entidades representativas, organizadas em formato de Associações Comunitárias (TOLEDO; TSUZUKI; SOUSA, 2008, p. 03).

Segundo Toledo, Tsuzuki e Sousa (2008) a reconfiguração do antigo (PAPP), alterou não só sua forma e área de atuação, mas também houve um significativo crescimento do número de municípios atendidos, passando de 56, para 177 dos 184 municípios do Ceará. O PSJ prioriza as localidades com menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS), índice que relaciona dados sobre a saúde, moradia, segurança, educação, emprego, renda e o desenvolvimento rural de cada município do estado do Ceará.

O PSJ se destaca dentre outras políticas públicas, pelo tempo de existência, desde 1996, pelo grande número de municípios contemplados e pela proposta, uma vez que se propõem a apoiar ações de incentivo a agricultura familiar de forma social, econômica e ecologicamente sustentável (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

O São José realiza investimento em infraestrutura básica, apoiando os pequenos produtores, criando oportunidades de emprego, reduzindo as desigualdades sociais e melhorando os indicadores de saúde e qualidade de vida da população do Ceará. Os principais projetos desenvolvidos através do São José são ações de eletrificação rural; sistemas comunitários de abastecimento de água; mecanização agrícola; habitação rural em áreas de assentamento; e projetos produtivos (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, n.p).

O PSJ foi criado com o intuito de ser diferente de um programa assistencialista paliativo ou a fundo perdido. Isso se deve ao fato das regras do projeto, que apenas financia demandas de Associações Comunitárias. Dessa forma, estabelece que cada subprojeto a ser financiado deve ter uma contrapartida vinda da comunidade contemplada, sendo tal contrapartida no valor de 10% do montante total, por meio do uso da mão-de-obra dos próprios contemplados. Tal estratégia se dá como um mecanismo de construção de um sentimento de pertencimento e apropriação do subprojeto e com isso gerar uma consciência de manutenção, dedicação e cooperação. Outra regra prevista pelo PSJ se dá pela reunião entre a Associação Comunitária e a comunidade, afim de discutir sobre o subprojeto, antes de pleiteá-lo, assim, o subprojeto terá características particulares de cada comunidade, além de receber a legitimação dos sócios (TOLEDO; TSUZUKI; SOUSA, 2008).

Além dos 10% do financiamento do PSJ que fica a cargo da comunidade, o restante dos recursos são derivados da uma parceria entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial. Dos recursos utilizados para financiar os subprojetos destinados à população rural, 75% é proveniente de um empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e 15% do Tesouro Nacional (TABOSA; COSTA; KHAN, 2016).

Tabosa, Costa e Khan (2016) ainda classificam os subprojetos em categorias de acordo com as características dos mesmos, sendo elas:

- a) São José – Infraestrutura: categoria para subprojetos relacionados ao abastecimento de água;
- b) São José – Apoio à produção: destinado ao financiamento de maquinário agrícola;
- c) São José – Produtivo: enfoque no fortalecimento das atividades produtivas locais;
- d) São José – Agrário: objetiva apoiar os assentamentos estaduais e federais;
- e) São José – Inclusão social e meio ambiente: Visa a inclusão e desenvolvimento em etnia, gênero, geração de renda e meio ambiente.

Desde o ano de sua implementação em 1996, até 2000 foi implantado o Projeto São José I (PSJ I), surge também o projeto de investimentos comunitários (projetos produtivos, de infraestrutura e sociais), que visa atender as pequenas comunidades rurais organizadas (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2017).

O PSJ I tinha como foco principal o combate à pobreza rural, nele foram financiados 3.056 subprojetos, totalizando um montante de R\$ 130.633.075,02, beneficiando assim cerca de 189.496 famílias rurais (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2017).

No mesmo sentido, entre os anos de 2002 até 2009, vigorou o Projeto São José II (PSJ II), similar ao PSJ I, tinha como objetivo principal dar mais oportunidades econômicas e sociais às famílias residentes no campo. Nele foram financiados 2.887 subprojetos, sendo 1.837 de infraestrutura hídrica, 530 de infraestrutura elétrica, 25 de infraestrutura produtiva, 10 de cunho social, assim, contemplou 167.799 famílias de agricultores de 177 municípios cearenses, totalizando R\$ 176.687.570,93 em investimentos (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Em outubro de 2012, foi assinado um Acordo de Empréstimo para a realização do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), também conhecido como a terceira edição do PSJ, ou seja, PSJ III (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Ainda sobre o PSJ III, pode-se dizer que:

Constitui uma das iniciativas que poderá contribuir de forma mais efetiva com a melhoria das condições de vida de famílias rurais, somando as suas ações com as demais políticas e programas do governo federal e de outros programas e projetos já em implementação no estado voltados para o desenvolvimento rural sustentável, financiando projetos produtivos e infraestrutura de apoio à produção, ao beneficiamento e comercialização (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2017, n.p).

Além de melhores condições de vida ofertada as populações rurais, o PSJ III traz em sua proposta a questão da melhoria na relação entre sociedade e natureza, onde para a aprovação de subprojetos, estes necessitam apresentar um embasamento ambiental sustentável (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2017).

Ainda segundo a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (2017), o investimento feito para o PSJ totaliza cerca de R\$ 344.745.049,70, para projetos produtivos, assistência técnica e projetos de acesso à água. A meta do PSJ III é beneficiar mais de 66 mil famílias, contempla assim cerca de 101 municípios do estado. Além desse recurso, outros 10 milhões serão investidos para o mapeamento do solo do Ceará.

Diante do grande número de beneficiários das três edições do PSJ, recentemente, no dia 19 de março de 2019 o atual governador do Ceará Camilo Santana relevou um acordo de empréstimo já aprovado pelo Banco Mundial, que financiará o Projeto São José IV. Cerca de R\$ 600 milhões serão destinados a ações de inclusão produtiva, assistência técnica e abastecimento de água, com o objetivo de combater a pobreza das famílias rurais do Estado (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2019).

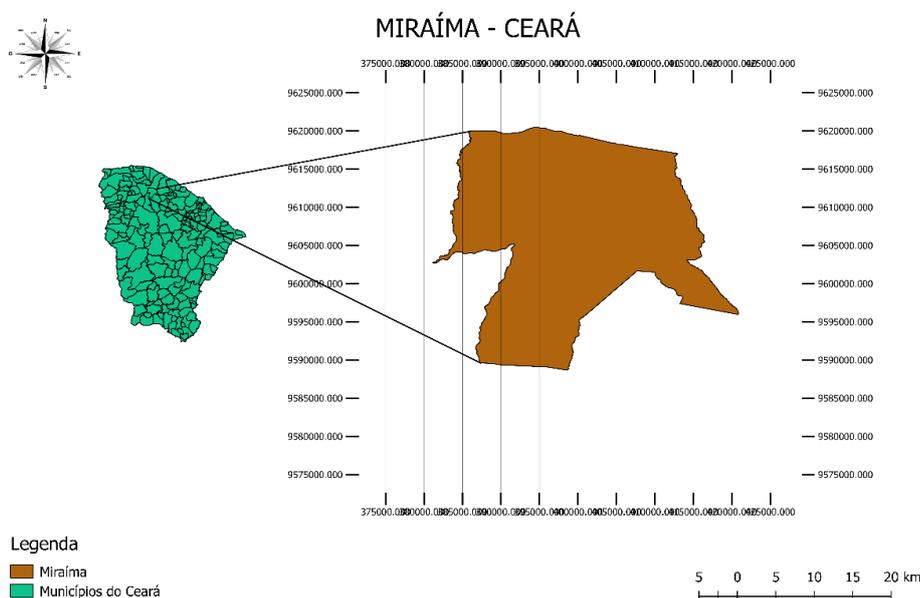
3. METODOLOGIA

Esse capítulo objetiva descrever o percurso metodológico utilizado durante a realização da pesquisa. Dessa maneira, encontra-se dividido em três seções nas quais explanam i) descrição da área de estudo, ii) a caracterização do instrumento da coleta de dados, e por fim iii) os métodos de análise. Assim, é possível compreender as ferramentas e estratégias que constituíram a metodologia da pesquisa e subsidiaram a formulação dos resultados.

3.1. Descrição da área de estudo

O Assentamento Vida Nova/Aragão, localiza-se no município de Mirai ma, região noroeste do Ceará, possui a distância de 188 quil metros da capital Fortaleza (Figura 1). Foi fundado no dia 6 de dezembro de 1995, a partir da denúncia de uma terra considerada improdutiva feita, no caso a antiga fazenda Aragão.

Figura 1 - Localiza o do Município de Mirai ma – Ceará.



Fonte IPECE (com adapta es, 2019).

Diferente da conjuntura de reivindica es e conquistas de outros assentamentos do estado, o Vida Nova/Aragão não passou por fortes conflitos com o antigo proprietário das terras, consideradas improdutivas, dessa maneira, mesmo com as ocupa es o processo foi considerado pacífico, e posteriormente ocorreu desapropria o e distribui o das famílias que ali residem.

O assentamento conta com uma extensão de 1266,182 hectares e foi criado por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e se encontra na modalidade de Projeto de Assentamento Federal, ou seja, que a articulação para a obtenção da terra, formulação do projeto, seleção dos beneficiários, titulação (concessão de uso/título de propriedade), e o aporte de créditos de apoio a instalação e produção, são de responsabilidade da união (INCRA, 2017).

Segundo o INCRA (2017) o Assentamento Vida Nova/Aragão está situado a apenas três quilômetros da sede de Miraíma e é constituído por 31 famílias assentadas. Porém, durante a realização do estudo constatou-se que na realidade o assentamento conta atualmente com 41 famílias assentadas (com cadastro) e 6 agregadas (sem cadastro).

Existe uma satisfatória organização sociopolítica entre os assentados, que favorece a articulação entre os moradores, a superação de problemas cotidianos, assim como a aquisição de políticas públicas que objetivam a melhoria de vida das famílias que ali residem.

As famílias possuem áreas produtivas tanto individuais quanto coletivas, que consistem principalmente no cultivo de milho e feijão, assim como também há frutíferas, hortaliças e plantas medicinais nos quintais produtivos. A pecuária também se faz presente dentre as atividades desenvolvidas pelos assentados, e destacam-se a criação de ovinos e caprinos. Contudo, há também a criação de aves e bovinos.

Dentre as atividades geradoras de renda para a comunidade, é importante ressaltar o extrativismo da carnaúba. Consiste na retirada das folhas da árvore para posteriormente ocorrer a obtenção do pó, existente em tais folhas, que em seguida é vendido para ser transformado em cera. Tal atividade é desenvolvida durante o segundo semestre de cada ano, geralmente entre os meses de outubro e novembro e tem a duração média de 15 dias.

Por fim, as fontes hídricas presentes no assentamento são constituídas pelo rio Aracatiaçu e três açudes existentes no local. Para o complemento do abastecimento, a maioria das famílias do assentamento possuem cisternas de placa voltadas para o consumo e algumas dispõem de cisternas de produção (calçadão e barreiros-trincheira).

3.2. Caracterização do instrumento da coleta de dados

Como universo de pesquisa optou-se por considerar apenas as famílias assentadas, haja vista que as agregadas apresentam uma relação mais recente com o PSJ. Desse modo,

partindo de uma população correspondente a 41 famílias optou-se por definir uma amostra que serviu de base para análise.

Para a definição do tamanho da amostra foi adotada a expressão a seguir, conforme apresentada em Fávero et al (2009):

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q} \quad (01)$$

Sendo:

n = tamanho da amostra a ser definido

Z = Nível de significância estabelecido com base na distribuição normal padronizada Z.

Na pesquisa foi assumido nível de significância de 10%, o que corresponde a um valor de $Z = 1,64$;

p = percentagem com a qual o fenômeno em estudo se verifica (quando esse valor é desconhecido costuma-se adotar $p=0,5$ para evitar um possível subdimensionamento no valor de n)

q = percentagem complementar de p;

e = erro amostra permitido (5%); e,

N = tamanho da população (41 famílias assentadas).

O resultado da expressão sugeriu uma amostra de 36 famílias. Entretanto, quando o tamanho da amostra corresponde a um valor superior a 5% do tamanho da população é possível empregar um fator de correção conforme Pires (2006):

$$n = \frac{n_0}{1 + \frac{n_0}{N}}$$

n_0 = tamanho da amostra definido pela expressão 1

N = tamanho da população

Assim, chegou-se à definição de tamanho amostral correspondente a 19 famílias. Contudo, optou-se por trabalhar com uma amostra maior, de tal modo que a amostra analisada na pesquisa foi composta por 25 famílias, o que corresponde a uma parcela significativa da população.

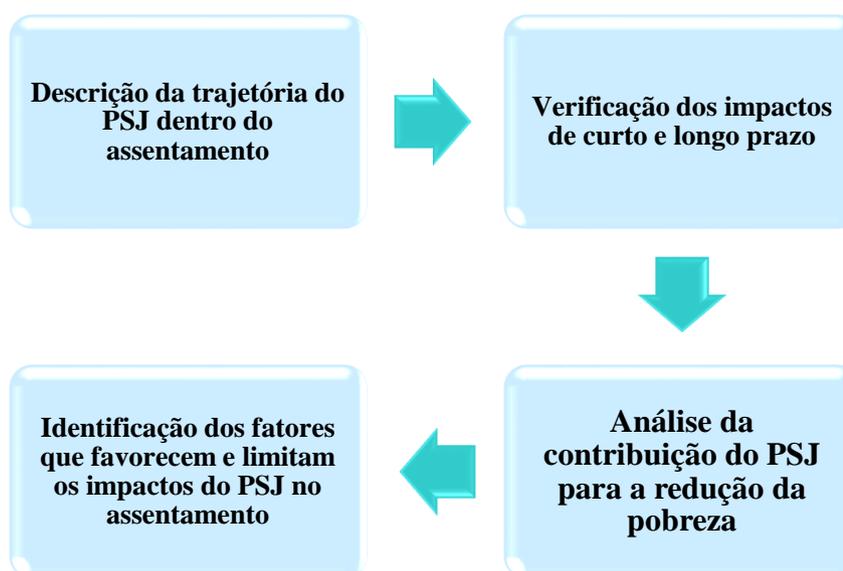
As 25 famílias foram selecionadas por meio de amostragem aleatória simples, considerando-se que a aleatoriedade na escolha dos elementos amostrados é de fundamental importância em estudos que objetivam avaliar políticas públicas.

A coleta dos dados ocorreu no próprio assentamento, mediante aplicação de questionário (ver apêndice A) junto a um representante da família, denominado aqui como beneficiário do Projeto São José. O período de aplicação do questionário ocorreu nos dias 18 e 19 de maio de 2019.

3.3. Métodos de análise

A análise da atuação do PSJ no Assentamento Vida Nova/Aragão foi realizada em quatro etapas conforme Figura 2.

Figura 2 - Etapas da pesquisa para avaliação do PSJ no Assentamento Vida Nova/Aragão.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

A descrição da trajetória do PSJ dentro do assentamento foi feita a partir de entrevistas com os beneficiários cujo teor buscou compreender quais os subprojetos implementados, de que forma ocorreu a implementação, qual o nível de participação dos moradores do assentamento.

Para a verificação dos impactos de curto e longo prazo foi realizada uma análise qualitativa a partir da percepção dos beneficiários quanto aos impactos específicos de cada um dos subprojetos implementados (abastecimento de água e produtivos), adicionalmente os beneficiários avaliaram se houve impacto positivo do projeto nos seguintes âmbitos: a) renda; b) acesso à água, c) acesso a máquinas e tratores, d) acesso a insumos de produtos e e) acesso a meios de comercialização.

A intenção de realizar uma análise da contribuição do PSJ para a redução da pobreza se justifica considerando-se que o objetivo primário do PSJ é a redução da pobreza. Assim, nessa terceira fase buscou-se captar a percepção dos beneficiários quanto a impactos do PSJ nos indicadores de pobreza. A mensuração de tais impactos foi feita mediante o uso da seguinte escala likert: (1) não promoveu impacto, (2) promoveu impacto pequeno, (3) promoveu impacto moderado e (4) promoveu grande impacto. Ainda nessa fase, buscou-se mensurar a satisfação dos beneficiários quanto a sua situação atual frente aos indicadores de pobreza. Nesse caso também foi adotada uma escala likert, dessa vez, expressa pelas seguintes categorias: (1) muito insatisfeito, (2) insatisfeito, (3) nem satisfeito, nem insatisfeito, (4) satisfeito e (5) muito satisfeito. Os indicadores de pobreza considerados na análise foram:

- a) Acesso a serviços de saúde
- b) Acesso à informação
- c) Acesso à água
- d) Acesso à saneamento básico
- e) Condição de moradia (tipo de construção, tamanho da casa, ...)
- f) Acesso a alimentos
- g) Acesso a bens duráveis
- h) Acesso aos meios necessários à produção agrícola
- i) Produção agrícola
- j) Condição para comercialização da produção
- k) Renda

Por fim, na última fase da pesquisa a identificação dos fatores que favorecem e limitam os impactos do PSJ no assentamento foi realizada de forma qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa envolveu um olhar crítico e a sistematização de respostas abertas constantes no questionário. A abordagem quantitativa envolveu o cálculo de valores médios de notas entre 0 e 10 atribuídas pelos beneficiários a quatro tópicos ligados a aspectos gerenciais e operacionais do projeto: a) informações dadas pelos gestores, b) transparência, c) capacitação e d) capacidade de entender as necessidades dos beneficiários.

Em todas as fases da pesquisa foram adotados procedimentos gráficos e tabulares para organização e apresentação dos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse capítulo tem como objetivo mostrar os resultados da pesquisa, derivados dos dados obtidos no percurso metodológico utilizado, assim, como propor discussões acerca das motivações e consequências desses resultados, que, baseiam-se na implementação do PSJ dentro do assentamento, numa contextualização com a realidade local. Deste modo, o capítulo encontra-se organizado em cinco seções que abordam i) a trajetória do PSJ dentro do Assentamento, ii) impactos de curto e longo prazo, iii) a contribuição do PSJ na redução da pobreza, e, por fim, iv) os fatores que favorecem e limitam os impactos do PSJ.

4.1 A trajetória do Projeto São José no Assentamento Vida Nova/Aragão

O Projeto São José encontra-se presente no Assentamento Vida Nova/Aragão desde 2002. A articulação para a participação dos assentados nos editais do PSJ foi feita por intermédio do INCRA, que elaborou os subprojetos que, posteriormente seriam implantados na localidade. Dessa maneira nota-se que o assentamento foi contemplado pelas três edições do PSJ: PSJI, PSJ II e PSJIII.

A implementação das três etapas do PSJ no assentamento em questão, ocorreu nos anos de 2002, 2005 e 2017, respectivamente. O capital investido foi aplicado em subprojetos distintos.

Para a realização do PSJ I no Assentamento Vida Nova/Aragão, foi investido um capital de R\$ 50.000,00. O subprojeto implantado era de abastecimento de água, ou seja, previa a construção do segundo açude do assentamento. Que desde então, beneficia todas as famílias que necessitam, auxiliando na produção agropecuária (Figura 3).

Figura 3 - Açude construído pelo subprojeto de abastecimento de água com recursos do PSJ I.



Fonte: Registrado pelo autor, 2019.

Na segunda edição do PSJ (PSJ II) o assentamento recebeu o valor de R\$ 162.000,00 revertido na compra de um trator, maquinário agrícola e na realização de um curso de tratorista, ofertado aos assentados, para o uso adequado dos equipamentos adquiridos (Figura 4 A, B e C). Da mesma maneira que a primeira edição, a segunda também contemplou o assentamento como um todo, onde qualquer assentado pode fazer uso do trator, de acordo com as regras que a associação propõe. A aquisição do trator e maquinário possibilitou aos assentados, otimização do tempo, menor esforço físico e melhor preparo do solo, tendo em vista que anteriormente todas essas atividades eram realizadas manualmente.

Figura 4 - Trator e implementos agrícolas adquiridos pelo subprojeto produtivo de mecanização com recursos do PSJ II.



Fonte: PEREIRA, A.V.A, 2018.

Por fim, a edição mais recente (PSJ III), custeou um subprojeto de investimento na cadeia produtiva de ovinos e caprinos, num valor de R\$ 254.000,00, que contou com cursos preparatórios na área, construção de estruturas para contenção, plantio de palma forrageira e compra dos animais (Figura 5 A e B). Diferente das edições anteriores, o PSJ III não contemplou todas as famílias do assentamento, assim, apenas 33 famílias foram beneficiadas, pois as demais não manifestaram interesse na participação deste subprojeto. O PSJ III, oportunizou aos envolvidos uma possibilidade de fonte de renda por meio da produção pecuária.

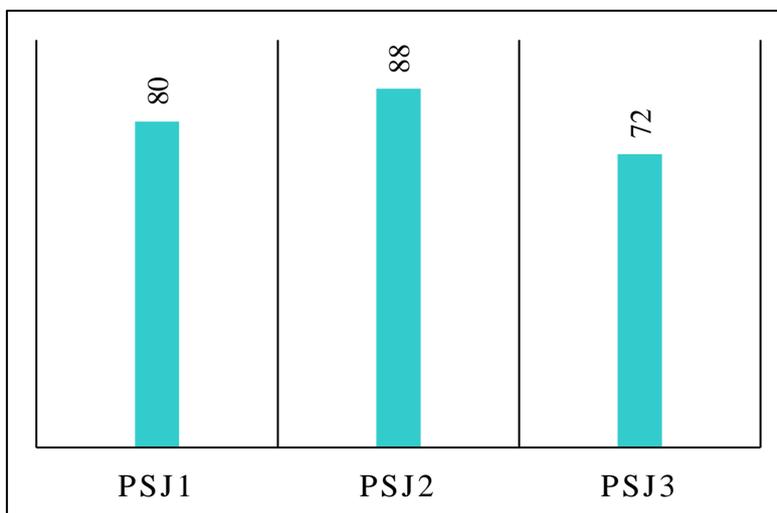
Figura 5 - Uma das áreas de plantio de palma e um dos reprodutores adquiridos pelo subprojeto produtivo de investimento na produção de ovinos e caprinos.



Fonte: MARQUES, A.M.T, 2019.

Uma análise comparativa do percentual de beneficiários nas três fases do PSJ, (Figura 6) nota-se que o PSJ2 teve uma maior abrangência no assentamento. Acrescenta-se que 56% dos entrevistados afirmaram que foram beneficiados com recursos nas três fases e 84% em pelo menos duas delas. Em média, os entrevistados afirmaram que já participam no PSJ há 13,8 anos, sendo que existem beneficiários que foram contemplados a apenas 2 anos, enquanto os mais antigos estão a 17 anos (desde 2002).

Figura 6 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a participação nas três fases do projeto.

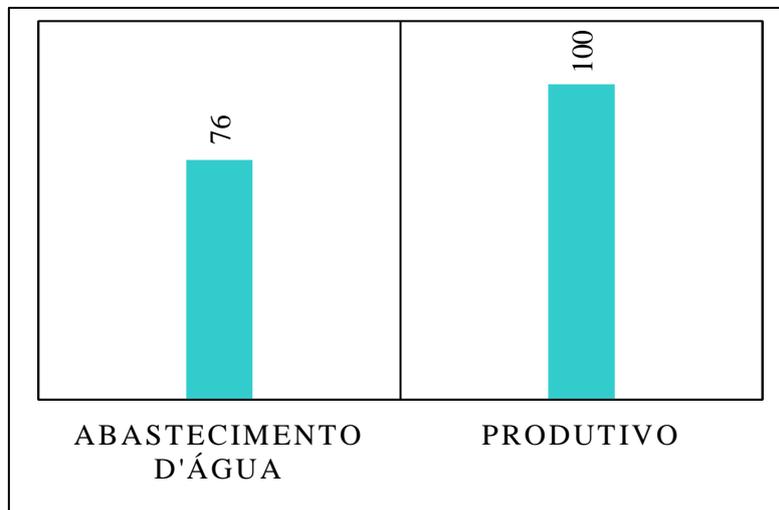


Fonte: Elaboração própria, 2019.

Considerando-se estritamente os beneficiários que participaram da pesquisa, não foram verificadas participações em subprojeto de eletrificação. Por outro lado, todos

foram beneficiados com subprojeto produtivo. E 76% foram contemplados com o subprojeto de abastecimento de água, que corresponde ao PSJ I (Figura 7).

Figura 7 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a participação nos subprojetos do PSJ.

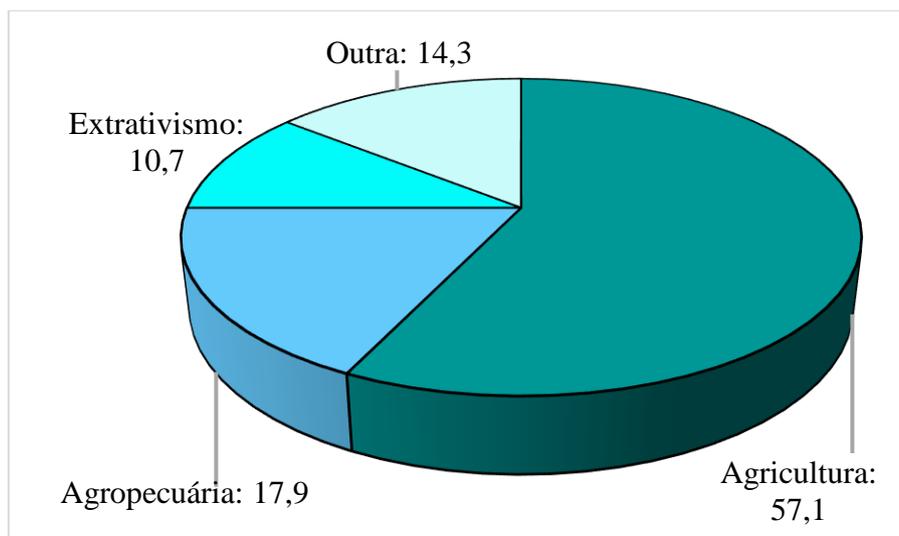


Fonte: Elaboração própria, 2019.

4.2. Impactos de curto e longo prazo do PSJ

Ainda com relação aos beneficiários que participaram da pesquisa, convém descrever algumas de suas características socioeconômicas para uma melhor compreensão da magnitude dos impactos do PSJ no assentamento. Os beneficiários entrevistados são relativamente jovens (idade média de 44 anos), as famílias têm, em média, 5 membros e a renda média mensal é de R\$ 971,96. Importante ressaltar, contudo, que há uma elevada variabilidade quanto à renda dos mesmos, sendo encontradas pessoas que afirmaram receber R\$ 400,00 e no outro extremo, R\$ 2000,00 por mês. Na Figura 8 é possível visualizar que a agricultura é a principal atividade geradora de renda. Em uma menor proporção ocorrem o extrativismo e a agropecuária. Esse quadro ressalta a importância PSJ como catalisador de aumento da renda e redução da pobreza no assentamento, especialmente considerando os subprojetos Produtivo e de Abastecimento de Água.

Figura 8 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a principal atividade.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

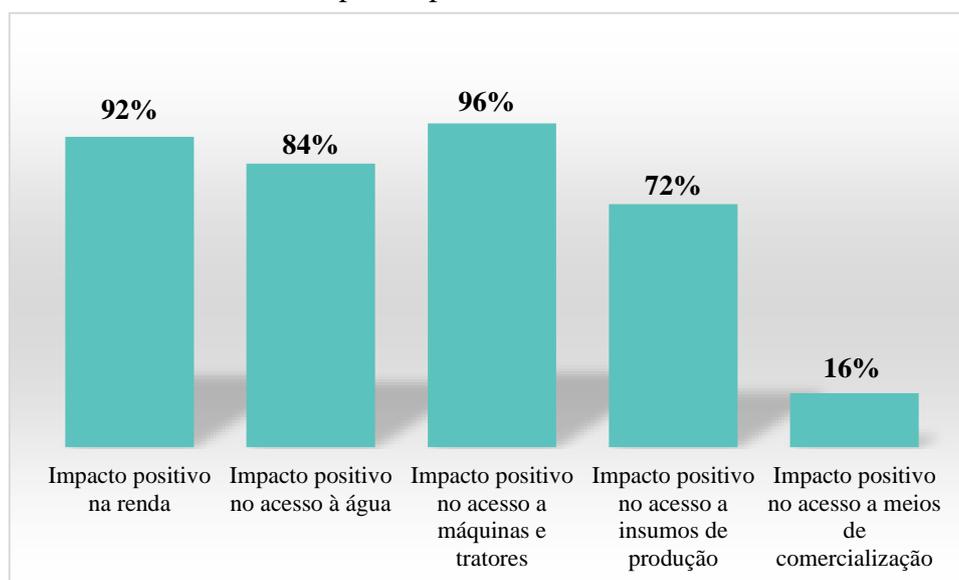
O PSJ apresenta objetivos diversos que variam segundo o tipo de subprojeto. Para 96% dos entrevistados tais objetivos contemplaram as necessidades do assentamento. Essa avaliação positiva pode ser consequência da participação dos beneficiários (84% disseram que participaram da escolha do subprojeto e da forma como os recursos foram investidos), enquanto os 4% restantes revelam que as necessidades do assentamento não foram sanadas por meio da implementação do PSJ, alegando haver outras prioridades como por exemplo projetos voltados à apicultura e bovinocultura. Já 92% da amostra concorda que os recursos do projeto foram bem investidos.

Para todos os entrevistados o PSJ vem promovendo melhorias no assentamento ao longo do tempo. Como melhorias citadas destacam-se a facilidade no acesso à água, melhoria de renda, otimização do tempo no reparo do solo, melhor organicidade entre os assentados, ampliação da área plantada e maior eficiência nas atividades agrícolas.

Uma análise global dos impactos do PSJ, Figura 9, mostra que a importância do PSJ se dá em maior proporção no aumento do acesso dos beneficiários a máquinas e tratores com 96% de aprovação. Ainda é possível destacar a importância do mesmo na geração de renda, fato este aceito por 92% dos entrevistados. O impacto positivo também pôde ser visto no acesso à água e insumos de produção, ambos aceitos por 84% e 72% respectivamente. Contudo, as condições proporcionadas pelo projeto não afetam significativamente a comercialização da produção.

Atualmente os assentados destinam sua produção para o PAA, PNAE, comercialização nas comunidades adjacentes e dentro do próprio assentamento. O PSJ possibilitou aos beneficiários subsídios para que os agricultores possam produzir, o que provocou redução nos custos de produção e conseqüente melhoria de renda, porém o subprojeto poderia atentar-se para o escoamento dos produtos, por meio de articulações e incentivos para a inserção desses produtores no mercado.

Figura 9 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a percepção do impacto do PSJ em diferentes aspectos produtivos e econômicos no assentamento.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

A seguir apresenta-se a percepção dos beneficiários quanto aos impactos específicos de cada um dos subprojetos implementados.

4.2.1. Impactos de curto e longo prazo do subprojeto abastecimento de água

O subprojeto de abastecimento de água, veio por meio do PSJ I, na construção do segundo açude do assentamento. Apresentou diversos impactos desde sua implantação até a atualidade. Proporcionou facilidade no acesso à água para a produção agropecuária. Segundo relatos dos entrevistados, anteriormente para a obtenção de água era necessário se deslocar por grandes distâncias ou até mesmo pagar para ter acesso aos recursos hídricos destinados à produção.

Atualmente, o açude advindo do PSJ I, é utilizado para a piscicultura em pequena escala e para o consumo dos animais de produção do assentamento. Não há mais a utilização do mesmo para a irrigação da produção agrícola, pois existem outras alternativas utilizadas por eles destinadas à esta finalidade, como cisternas e poços.

As demais fontes alternativas de água, como poços e cisterna vieram por meio de outras políticas públicas ou com recursos dos próprios assentados. Foram construídos mais próximos das residências, e assim sendo mais uma forma de garantir a segurança hídrica nos períodos de estiagem, nos quais os açudes diminuem de nível.

Pela localização que o Ceará está inserido, problemáticas como a seca e desertificação são muito frequentes, tal condição afeta negativamente muitos assentamentos e comunidades rurais, portanto o PSJ I teve grande relevância para Assentamento Vida Nova/Aragão.

4.2.2. Impactos de curto e longo prazo do subprojeto produtivo (mecanização)

O subprojeto produtivo com enfoque na mecanização agrícola, veio com PSJ II, na aquisição de um trator, implementos agrícolas e na capacitação para sua utilização, trouxe assim, muitos benefícios perceptíveis até hoje.

As atividades de preparo do solo, antes do PSJ II eram realizadas com de maneira manual pelos assentados, com o auxílio de ferramentas como enxadas, picaretas, pás, dentre outras. A forma que era realizado demandava muito tempo e esforço físico dos assentados, o que mudou a partir da chegada do subprojeto de mecanização agrícola.

O trator e os implementos são utilizados em atividades agrícolas como: debulha do milho, carregamento de material, aração, gradeamento, e outras atividades de manejo e preparo do solo.

Para a utilização do trator e maquinário pela comunidade é necessário fazer o agendamento com a associação do assentamento. Dessa maneira, cada família tem direito a 30 minutos de uso gratuito do trator por ano. Caso o tempo estipulado pela associação não seja suficiente para o término das atividades demandadas pela família, existe a possibilidade de sua ampliação, com o pagamento de uma taxa R\$ 70,00 por hora de uso. Apesar do valor ter sido acordado em reuniões com a participação de todos os assentados, muitos deles mostram-se descontentes com o pagamento dessa taxa, por achar o valor alto. Porém, como a utilização é frequentemente feita apenas no início do ano, eles adaptaram-se à esta condição estipulada em assembleia.

O trator também pode ser utilizado por pessoas de fora do assentamento, mediante o pagamento do aluguel, que diferentemente do preço que as famílias assentadas pagam, é maior, sendo de R\$ 130,00 por hora de uso, valores estes acordados entre os associados e a diretoria.

O capital obtido no aluguel do trator, tanto para os assentados quanto para as pessoas de fora, é destinado à manutenção do mesmo. Reparos, ajustes, combustível, novas peças e até mesmo o pagamento do tratorista é feito com os valores arrecadados pelo uso do trator e dos implementos.

Os benefícios trazidos com a aquisição do trator e do maquinário agrícola podem ser vistos na otimização do tempo, pois as atividades que demandavam dias, hoje podem ser concluídas em minutos; na diminuição do esforço físico; nos resultados das atividades de preparo do solo, que são mais satisfatórios se comparadas com a forma que eram realizadas anteriormente; na potencialização da produção; na ampliação da área plantada; e conseqüentemente na melhoria da renda das famílias beneficiadas com este subprojeto.

4.2.3. Impactos de curto e longo prazo do subprojeto de produção animal

O PSJ III, implantado no ano de 2017, trouxe uma proposta de investimento na cadeia produtiva de ovinos e caprinos para o assentamento. Dessa maneira, tinha como objetivo ser uma alternativa de renda para as famílias beneficiadas, através da produção animal.

A implementação ocorreu em diferentes etapas, que passou desde o planejamento, cursos preparatórios para o manejo de ovinos e caprinos, construção de estruturas para contenção dos animais, plantio de palma e outras plantas forrageiras para a alimentação e por fim, a compra dos animais. Na dinâmica de implantação do projeto, existem rebanhos coletivos e individuais, onde a comunidade adquiriu 3 reprodutores de cada espécie para a composição de cadeia produtiva.

Contudo, os benefícios oriundos da terceira etapa do PSJ ainda não são notórios, se levar em consideração a renda dos contemplados, pois apesar do subprojeto ter chegado ao assentamento em 2017, a implementação de fato iniciou-se recentemente, devido a todo o processo burocrático e etapas realização do subprojeto (anteriormente mencionadas), dessa forma ainda não há lucratividade efetiva na produção pecuária.

Há expectativas de aumento na renda média das famílias, pois o subprojeto possibilita a melhoria do potencial produtivo do rebanho por meio da compra de reprodutores melhorados geneticamente, e posteriormente a comercialização dos animais vivos, da carne, de leite e seus derivados, complementando assim a renda final das famílias participantes dessa edição.

4.3. Contribuição do PSJ para a redução da pobreza

O PSJ faz parte das estratégias do governo estadual para a redução da pobreza rural. Nesse sentido é natural assumir que os subprojetos implementados estendam seus impactos aos indicadores de pobreza. De fato, como apresentado na Tabela 1, os beneficiários admitem que o projeto contribuiu para reduzir a pobreza. Em uma perspectiva multidimensional as maiores contribuições ocorreram nos indicadores acesso à água e renda, com 76% e 60% dos beneficiários, respectivamente, afirmando que o PSJ promoveu um grande impacto sobre os mesmos.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a opinião quanto à magnitude do impacto do PSJ sobre os indicadores de pobreza.

Indicador de Pobreza	Não promoveu impacto	Impacto pequeno	Impacto moderado	Grande impacto
Acesso à serviços de saúde	4,0	12,0	56,0	28,0
Acesso à informação	0,0	24,0	40,0	36,0
Acesso à água	0,0	8,0	16,0	76,0
Acesso à saneamento básico	100,0	0,0	0,0	0,0
Condição de moradia (tipo de construção, tamanho da casa, ...)	16,0	28,0	16,0	40,0
Acesso à alimentos	0,0	12,0	32,0	56,0
Acesso à bens duráveis	8,0	20,0	40,0	32,0
Acesso aos meios necessários à produção agrícola	0,0	8,0	36,0	56,0
Produção agrícola	0,0	4,0	44,0	52,0
Condição para comercialização da produção	28,0	48,0	20,0	4,0
Renda	0,0	16,0	24,0	60,0

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Outros indicadores também obtiveram resultados positivos, em relação aos impactos do PSJ dentro do assentamento, promovendo grandes impactos no cotidiano das famílias, tais como a produção agrícola com 52% de concordância entre os entrevistados, o acesso a alimentos e o acesso a meio necessários para a produção ambos com 56%. Isso se deve, principalmente, às possibilidades de potencialização da produção através da

construção do açude, que abastece o assentamento e na aquisição do trator e implementos, o que amplia e melhora a produção.

Os indicadores acesso a serviços de saúde, à informação, a bens duráveis e condições de moradia, apresentaram resultados satisfatórios, sendo os impactos trazidos pelo PSJ caracterizados como grandes e moderados na maioria das respostas. Esse desempenho pode ser atribuído ao fato de que após a implementação do PSJ, houve um aumento na renda das famílias, o que facilitou o acesso das mesmas a bens duráveis, meios de locomoção. Ressalta-se contudo, que outros programas e intervenções do poder público também podem ter contribuído para melhorar os indicadores citados. O aumento na renda dos beneficiários afetou indiretamente outros indicadores provocando um efeito desencadeador. A percepção da maioria dos beneficiários quanto aos impactos do PSJ, classifica como impacto moderado a atuação do PSJ no acesso aos serviços de saúde. Nesse caso, trata-se de um impacto indireto, resultante de melhoria, por exemplo, de meios de transporte que facilitam a ida das pessoas para consultas, e realização de exames em locais como a sede do município onde estão localizados os hospitais e postos de saúde. Outro impacto indireto do PSJ via aumento da renda é a melhoria da moradia através reformas nas residências o acesso a informações em decorrência da aquisição de aparelhos como televisões e computadores e da implantação de rede de internet em algumas casas.

Os indicadores onde o PSJ não apresentou resultados satisfatórios foram o acesso à saneamento básico, que os entrevistados unanimemente responderam que não houve a promoção de nenhum impacto, e as condições para a comercialização da produção, que segundo os entrevistados promoveu pouco ou nenhum impacto.

O assentamento nunca possuiu uma rede de esgotos, e os subprojetos não tinham como enfoque a melhoria das condições de saneamento básico. Para uma possível resolução de tal problemática, cabe articulações da diretoria com a prefeitura do município, para buscar soluções exequíveis.

Em relação aos resultados insatisfatórios quanto às condições de comercialização da produção, podem ser considerados como uma problemática na etapa de planejamento de implementação dos subprojetos, pauta essa de grande relevância que necessita ser discutida, pois os projetos além de possibilitar a melhoria e aumento da produção, deveriam apresentar proposições para o escoamento da produção, com a finalidade de expandir ainda mais os benefícios concedidos aos participantes.

Apesar de reconhecerem o impacto do PSJ para a redução da pobreza, os beneficiários não se mostram totalmente satisfeitos com sua condição em relação aos indicadores de pobreza. Como se observa na Tabela 2, em alguns indicadores há considerável descontentamento das famílias, destacando-se o acesso à serviços de saúde e condições para comercialização da produção que no total aponta 32% e 48% de insatisfação das pessoas entrevistadas, respectivamente.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos beneficiários do PSJ segundo a satisfação em relação aos indicadores de pobreza.

Indicador de Pobreza	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito, nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Acesso a serviços de saúde	12,0	20,0	44,0	24,0	0,0
Acesso à informação	4,0	4,0	32,0	28,0	32,0
Acesso à água	0,0	0,0	8,0	40,0	52,0
Acesso à educação	4,0	8,0	24,0	52,0	12,0
Condição de moradia (tipo de construção, tamanho da casa, ...)	0,0	8,0	44,0	28,0	20,0
Acesso a alimentos	0,0	0,0	16,0	44,0	40,0
Acesso a bens duráveis	4,0	4,0	12,0	40,0	40,0
Acesso aos meios necessários à produção agrícola	0,0	8,0	16,0	60,0	16,0
Produção agrícola	0,0	4,0	16,0	64,0	16,0
Condição para comercialização da produção	28,0	20,0	32,0	12,0	8,0
Renda	0,0	12,0	20,0	64,0	4,0

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Com relação ao acesso à saúde, a possível motivação de tal resultado pode estar relacionada com o atendimento e acompanhamento das famílias, pois tais serviços são realizados de maneira inconstante e, em casos mais graves ou exames de maior complexidade, necessitam deslocar-se à sede do município vizinho, Itapipoca.

Já no tocante às condições de comercialização da produção, a principal problemática apontada é a dificuldade no escoamento dos produtos produzidos, pois os assentados não conseguem se inserir na dinâmica de mercado da região, e também não estão previstas resoluções acerca dessa temática na organicidade entre eles.

No restante dos indicadores a avaliação mostrou-se positiva e aponta que os beneficiários no geral estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o acesso à informação, à água, à educação, a alimentos, a bens duráveis, a meios necessários à produção, condições de moradia, produção agrícola e renda. O nível de satisfação positivo nestes aspectos é decorrente das melhorias trazidas por políticas públicas, organicidade do local e diálogo

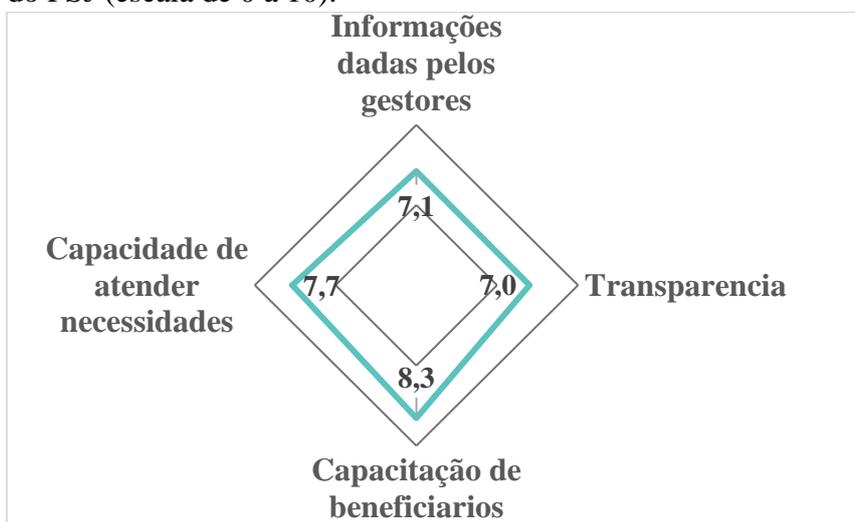
da gestão com a prefeitura, o que impacta nas condições de vida das famílias e, consequentemente, interfere na avaliação dos indicadores de pobreza.

4.4. Fatores que favorecem e limitam os impactos do PSJ

O sucesso de uma política pública depende de um conjunto de fatores ligados à gestão e uma boa estrutura de governança. Dentre esses fatores é primordial que os beneficiários sejam informados sobre as exigências da política, seus direitos e deveres. Adicionalmente, cada vez mais espera-se que o processo de implementação dos recursos de uma política seja transparente e acompanhado de prestação de contas. A natureza do PSJ requer, ainda, que os beneficiários estejam capacitados para implementar as atividades favorecidas pelo projeto, caso por exemplo, do uso de máquinas e tratores incentivado no subprojeto produtivo de mecanização agrícola.

Considerando-se esses aspectos como fatores que favorecem os impactos do PSJ, em uma escala de 0 a 10 a nota atribuída ao projeto a quatro diferentes tópicos permite avaliar positivamente os fatores: informações dadas pelos gestores, transparência, capacitação e capacidade de entender as necessidades (Figura 10).

Figura 10 - Notas atribuídas pelos beneficiários a fatores que podem interferir nos resultados do PSJ (escala de 0 a 10).



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Para uma melhor organicidade social, seja ela em qualquer cenário, é fundamental a existência de uma diretoria que possa gerir políticas públicas, investimentos, mediar tomadas de decisões e fazer o intermédio entre as famílias e órgãos

governamentais, ONGs, dentre outras possíveis parcerias que possam vir a existir. Com relação às informações repassadas pela liderança do assentamento para o restante da comunidade, referentes ao PSJ a média foi de 7,1, uma nota consideravelmente satisfatória, considerando-se a escala entre 0 e 10.

Segundo relatos, nas assembleias ocorre a divulgação de propostas, discussão de temas e problemas que permeiam o cotidiano das famílias que residem no assentamento. A frequência com que ocorrem tais reuniões, a democracia que é exercida e a horizontalidade na qual ocorre a gestão, são os principais fatores pelos quais as notas foram satisfatórias no quesito informação repassadas pelos gestores. E o fato de haver pessoas mais engajadas nas articulações da associação, e conseqüentemente mais informadas do que as demais, foi o fator que a distanciou da nota máxima.

No mesmo cenário de informação da diretoria para com os demais moradores da localidade, há a avaliação de um quesito mais específico, a transparência na aplicação dos recursos oriundos das três edições do PSJ. A média deste quesito, foi de 7,0, uma nota bem próxima ao item anterior, o que aponta a aprovação dos assentados no que diz respeito à prestação de contas do capital investido nos subprojetos financiados pelo PSJ. Ela ocorre nas assembleias, e possibilita que todos possam estar cientes de como foi gasto o montante proveniente de dada política pública.

O item de capacitação dos assentados foi o que apresentou maior média, destacando-se dos demais com a nota 8,3. Isso revela que os cursos preparatórios oferecidos pelo PSJ foram aprovados pelos assentados. É importante ressaltar nesse quesito que foram ofertadas capacitações na implementação dos subprojetos das edições II e III do PSJ, no caso foi ofertado o curso de tratorista e um curso de manejo de ovinos e caprinos, respectivamente. Tais informações possibilitam a utilização e condução mais adequada dos insumos adquiridos nos subprojetos. Sendo o conteúdo repassado de forma apropriada à realidade local e do público alvo.

O quarto e último item relacionado à Figura 10, analisa a capacidade dos subprojetos trazidos para o assentamento pelo PSJ, para atender às necessidades da comunidade. A nota obtida foi 7,7 o que demonstra aceitação dos assentados acerca deste quesito. Pois segundo os entrevistados, os subprojetos foram construídos exatamente para atender demandas dos próprios assentados, fato esse que possui relação direta com a nota satisfatória obtida.

Além desses fatores, os beneficiários apontaram a facilidade do acesso aos recursos hídricos, a união entre os participantes, maior articulação da diretoria com os

demais assentados, melhoria na infraestrutura local, aplicação direcionada dos recursos, a participação contínua do assentamento no PSJ, as inúmeras possibilidades de melhoria das condições de vida da população e a duração prolongada dos benefícios como pontos positivos do projeto.

Como fatores que impedem melhores resultados foram destacados, problemas encontrados nas três edições do PSJ. No primeiro, segundo relatos, uma das principais problemáticas é de que, apesar de o açude encontrar-se dentro do assentamento ele foi construído distante das famílias assentadas. Tal localização foi definida por meio de estudos cartográficos dos projetistas, então a queixa mais recorrente está no deslocamento até a fonte de água, no caso o açude, tal fato fez com que a irrigação da produção hoje seja feita por meio de outras alternativas, como foi falado em tópicos antecedentes.

Se for analisar o PSJ II, o único fator apontado pela comunidade que pode desfavorecer a melhor implementação do subprojeto produtivo de mecanização, refere-se ao tempo estipulado para a utilização do trator e implementos agrícolas, considerado insuficiente para a realização das atividades demandadas, porém, essa problemática está mais atrelada a decisões tomadas pela gestão do assentamento do que a política pública em si.

Se for feita uma comparação entre a implementação dos três subprojetos oriundos do PSJ, a edição que apresenta maior descontentamento dos beneficiários, é o PSJ III por haver alguns problemas na execução das atividades previstas pelo subprojeto produtivo de produção animal. As queixas referem-se a todas as etapas. Destacam-se como as principais falhas da implantação: a compra dos animais, que no projeto previa a aquisição apenas de reprodutores, assim, o assentamento recebeu três reprodutores ovinos e a mesma quantidade de caprinos para a comunidade, na tentativa de melhoramento genético do rebanho. Porém na elaboração do projeto, não era esperado que alguns beneficiários não possuiriam matrizes, e mesmo entre aqueles que possuíam, ocorreram problemas com relação à raça, que por serem mestiças apresentavam menor eficiência produtiva. Dessa maneira, na prática alguns assentados contemplados acabam não recebendo as melhorias propostas no planejamento do subprojeto.

Outro ponto negativo com relação ao subprojeto, foi o plantio de uma grande área de palma forrageira, que aparentemente não está obtendo êxito, por dificuldades no manejo. Tais fatores podem ter impedido uma melhor implementação do PSJ III no assentamento Vida Nova/Aragão.

Por fim, considerando-se problemas ainda não contemplados pelo PSJ e algumas demandas do assentamento, os beneficiários apontaram como sugestão para potencializar o impacto do projeto: melhor planejamento na elaboração do subprojeto, considerando possíveis imprevistos e especificidades da localidade; maior senso de coletividade entre os assentados; maior organização tanto do assentamento, quanto dos órgãos mediadores da implementação e assistência técnica contínua, para acompanhar o desenvolvimento do subprojeto.

5. CONCLUSÃO

O estudo mostrou que a atuação do PSJ no Assentamento Vida Nova /Aragão, trouxe benefícios de médio e longo prazo para as famílias. Desde o ano de 2002, começando com a construção do açude, foi possível identificar impactos positivos sobre a renda, o aumento da produção, o acesso a serviços básicos, e a organicidade entre os assentados. Comparando-se os subprojetos os melhores resultados foram verificados no subprojeto de mecanização agrícola, que além de contemplar um maior número de pessoas, foi avaliado positivamente pelos entrevistados. Enquanto o subprojeto de produção animal apresentou maior insatisfação dos beneficiários, por problemas atribuídos ao seu planejamento.

Admitindo-se que a proposta principal do PSJ diz respeito à redução da pobreza, pode-se dizer que o mesmo conseguiu impactar com maior intensidade no acesso à água, a alimentos, aos meios necessários à produção, na renda e na produção agrícola. Por outro percebeu-se uma fraca atuação quanto aos indicadores de acesso à saneamento básico e condições para a comercialização da produção.

Os beneficiários do PSJ encontram-se satisfeitos quanto a sua condição no que se refere ao acesso à água, à alimentos e à bens duráveis, destacando-se dos demais.

Os resultados do PSJ foram favorecidos por uma estrutura de governança, gestão e operacionalização bem avaliadas pelos beneficiários. É o caso da facilidade de acesso aos recursos hídricos, melhorias na infraestrutura local, união entre os participantes, aplicação direcionada dos recursos, maior articulação da diretoria com os demais assentados e a duração prolongada dos benefícios. Contudo, há melhorias a serem implementadas, especialmente no planejamento dos subprojetos, com possibilidades de superação de eventuais problemas na implementação, na adequação destes subprojetos à realidade local, nos serviços de ATER e na burocracia no processo.

Por fim, como sugestão para potencializar os impactos no assentamento o estudo propõe ao PSJ o acompanhamento contínuo de assistência técnica, maior mobilização dos assentados, avaliações frequentes da execução dos subprojetos e elaboração mais detalhada conforme a realidade das comunidades e assentamentos que serão beneficiadas pelos subprojetos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ. **Projeto São José**. 2017. Disponível em: <<http://aprece.org.br/?s=projeto+s%C3%A3o+jos%C3%A9>> Acesso em: 29 mar. 2019.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006. (Desenvolvimento Rural Sustentável). Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B0417p/B0417p.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CORRÊA, A. B. A. **A exclusão da população de baixa renda dos sistemas de trocas comerciais: uma análise histórica sob a perspectiva do marketing**. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Curso de Pós-graduação em Administração de Empresas - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Cap. 4. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=17977@1>. Acesso em: 30 mar. 2019.

COSTA, L. M. C. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso**. 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16757/1/2004_dis_lmccosta.pdf>. Acesso em 28 mar. 2019.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Rev. Adm. de Empresas - RAE**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.02-12, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

DEUS, J. D. B. V.; CAMPOS, R. T.; CAMPOS, K. C; DE OLIVEIRA, J. L; CARVALHO, R. L. Análise multidimensional da pobreza rural no Brasil. **Rev. Econ. Ne**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p.57-75, mar. 2015. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/180>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

DIÁRIO DO NORDESTE (Ceará). **São José investimento de R\$ 158 milhões beneficiará agricultores com projetos produtivos, água e mapeamento de solo**. 2017. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/politica/sao-jose-investimento-de-r-158-milhoes-beneficiara-agricultores-com-projetos-produtivos-agua-e-mapeamento-de-solo/178398>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

DRUMOND, M. A.; KIILL, L. H. P.; LIMA, P. C. F.; OLIVEIRA, M. C. de; OLIVEIRA, V. R. de; ALBUQUERQUE, S. G.; NASCIMENTO, C. E. de S.; CAVALCANTE, J. **Estratégias para o uso sustentável da biodiversidade da caatinga**. Recife-PE: UFPE, 2000. Disponível em: <http://biodiversitas.org.br/caatinga/relatorios/uso_sustentavel.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

FÁVERO, L. P. *et al.*. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 672.

FORBELONI, J. V.; NUNES, E. M.; DA COSTA, J. B. A. Políticas públicas de combate à pobreza rural na microrregião de Angicos/RN: uma proposta de Segurança Protetora na perspectiva do Desenvolvimento como Liberdade. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS Públicas, 2015, São Luís. **Anais...** . São Luís: JOINPP, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/politicas-publicas-de-combate-a-pobreza-rural-na-microrregiao-de-angicos.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **Fundo de Combate à Pobreza**. 2004. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/03/cart-fecop.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>> Acesso em: 02 jun. 2019.

KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S.; SILVA, L. M. R.; SOUZA, V. A importância do projeto São José nos indicadores sócio-econômicos dos municípios cearenses. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/536.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. Capital social das comunidades beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural - PCPR/Projeto São José – PSJ – estado do Ceará. **Rev. Econ. Rural**, v. 43, n 1, Jan/Mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032005000100006>. Acesso em: 29 mar. 2019.

LEMONS, J. de J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5790/1/2008_liv_jjslemons.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

MALUF, R.; MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. Cap. 01. p. 15-27. (Desenvolvimento Rural Sustentável) V Forum Internacional de Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <<http://oppa.net.br/livros/S%C3%A9rie%20DRS%20Pobreza%20Rural%20-%20Especial.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

MANCAL, A. Capacidade adaptativa das comunidades nas áreas susceptíveis à desertificação no estado do Ceará. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) Curso de Pós-Graduação em Economia Rural – Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15340/1/2015_dis_amancal.pdf> Acesso em: 29 mar. 2019.

MIELITZ NETO, C. G. A.; DE MELO, L. M.; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010. (Educação a distância). Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56444/000784243.pdf;sequence=1>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/pnae_cartilha_2015.pdf> Acesso em: 09 abr. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Brasil). **Políticas públicas para agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

NOCE, M. A.; FERREIRA NETO, J. A. Uma análise de política pública brasileira de desenvolvimento rural, com foco no combate à pobreza no campo. **Rev. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 1, n. 8, p.36-56, jan/jul. 2016. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/163731/1/Analise-politica.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. **Relatório da FAO constata aumento da pobreza no meio rural e dá sugestões**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/post/2018/11/23/relatorio-da-fao-constata-aumento-da-pobreza-no-meio-rural-e-da-sugestoes.ghtml>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

PASSOS, A. T. B. **O impacto do Pronaf sustentável sobre a sustentabilidade agrícola da agricultura familiar: O caso da microrregião do Vale do Médio Curu no estado do Ceará**. 2014. 211 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA) - PRODEMA – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14250/1/2014_tese_atbpassos.pdf>. Acesso em 28 mar. 2019.

PIRES, I. J. B. P. **A pesquisa sob o enfoque da Estatística**. Fortaleza: BNB, 2006.166p.

REZENDE, T. A. S. **Conceituação e mensuração de pobreza multidimensional entre idosos e pessoas com deficiência no Brasil: um exercício reflexivo**. 2015. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Curso de Pós-Graduação em Ciência Política - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3188548>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Ceará). **Governo do Ceará inicia nova etapa do Projeto São José com investimento de R\$ 600 milhões para a agricultura familiar.** 2019. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2019/03/19/governo-do-ceara-inicia-nova-etapa-do-projeto-sao-jose-com-investimento-de-r-600-milhoes-para-a-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Ceará). **São José: Mais de 32 mil famílias beneficiadas.** 2010. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2010/03/21/sao-jose-mais-de-32-mil-familias-beneficiadas/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80156.pdf> >. Acesso em: 02 abr. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE (Minas Gerais). **Políticas Públicas Conceitos e Práticas.** 7. ed. Belo Horizonte: SEBRAE, 2008. (Políticas Públicas). Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

SILVA, A. F.; ARAUJO, J. A.; JUSTO, W. R.; CAMPOS, K.C. análise da pobreza multidimensional no brasil no período de 2009 a 2015. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 48, n. 2, p.9-24, jun. 2017. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1701 >. Acesso em: 02 abr. 2019.

SOARES, S. S. D. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza:** objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1553/1/TD_1381.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

SOARES, S.; DE SOUZA, L.; SILVA, W.; SILVEIRA, F. G.; CAMPOS, A. **Perfil da pobreza:** Norte e Nordeste rurais. Brasília: (ipc-ig), 2016. Disponível em: <https://www.ipc-undp.org/pub/port/Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019

SOBREIRA, D. B. **Avaliação dos impactos do programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado do Ceará:** O caso do mel. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) Curso de Pós-Graduação em Economia Rural – Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10108/1/2014_dis_dbsobreira.PDF>. Acesso em: 28 mar. 2019.

TABOSA F. J. S.; COSTA, E. M.; KHAN, A. S. **Impactos do projeto São José na renda dos trabalhadores rurais no município de Sobral - CE.** Ceará. [2016]. Disponível em:

<<http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2016/trabalhos/IMPACTOS%20DO%20PROJETO%20S%C3%82O%20JOS%C3%89%20NA%20RENDAS%20DOS%20TRABALHADORES.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

TOLEDO, M. B. P.; TSUZUKI, C. A.; SOUSA, R. M. G. **Projeto Conexão Local 2008**: Projeto São José. São Paulo: FGV, 2008. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/projeto_sao_jose.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

WORLD BANK. **Quase metade do mundo vive com menos de USD\$ 5.50 por dia**. Washington, D.C.: World Bank, 2018. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/10/17/nearly-half-the-world-lives-on-less-than-550-a-day-brazilian-portuguese>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

WORLD BANK. **The world development report 2008**: agriculture for development. Washington, D.C.: World Bank, 2007. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/873611468174885835/pdf/414560ENGLISH018082137297501PUBLIC1.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

ZIMMERMANN, S. A.; GRISA, C.; TECCHIO, A.; LEITE, S. P.; BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G.; MALUF, R. J.; MATTEI, L. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **Rev. de geografia agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p.540-573, abr. 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/23828-Texto%20do%20artigo-103429-1-10-20140506%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/23828-Texto%20do%20artigo-103429-1-10-20140506%20(1).pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2019.

APÊNDICE A**Questionário aplicado na pesquisa de campo**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA

-QUESTIONÁRIO-

Avaliação PSJ em pequenas comunidades rurais

Características Gerais

1. Idade: _____
2. Escolaridade: _____
3. Número de pessoas na família: _____
4. Principal fonte de renda: () Agricultura () Pecuária () Agropecuária () Extrativismo () Artesanato () Apicultura () outros
5. Renda média mensal: _____
6. Qual dos projetos foi beneficiado? () PSJ I () PSJ II () PSJ III
7. Há quantos anos está participando do PSJ?
8. Tipo do projeto que participa: () Eletrificação Rural () Abastecimento de Água () Produtivo
9. Já foi contemplado por outra política pública, além do PSJ? () Sim () Não
10. Em caso afirmativo, qual(is)?

Percepção dos beneficiários quanto aos impactos gerais do projeto

11. Os objetivos do projeto contemplaram as suas necessidades? () Sim () Não
12. Caso não, o que deveria ser incorporado?

13. Você participou da escolha do tipo de projeto? () Sim () Não
14. Caso sim, de que forma?

15. Na sua opinião, os recursos do projeto foram bem aplicados? () Sim () Não
16. O PSJ contribuiu para melhorar algum dos aspectos abaixo? Marque um X para os casos afirmativos.
() renda () acesso à água () acesso à máquinas e tratores () acesso aos insumos de produção () comercialização
17. O projeto continua promovendo melhorias no assentamento ao longo do tempo? () Sim () Não

18. Caso afirmativo, em quais aspectos?
19. O projeto interferiu na realização de atividades não agrícolas. () Sim () Não
20. Caso afirmativo, quais?

Percepção dos beneficiários quanto aos impactos específicos do projeto segundo o tipo de subprojeto

Projetos de abastecimento de água

21. Quais as mudanças provocadas com a implementação do subprojeto de abastecimento de água?
22. Como a água do projeto é usada?
23. Em que aspectos o projeto de abastecimento de água interfere no seu dia a dia?

Projeto de produtivo (mecanização)

24. Como o trator é usado pelo assentamento? Critérios para uso, taxas pagas, agendamento, ...
25. Em que circunstâncias o trator é utilizado? Quais as atividades que são demandam o uso do trator?
26. O trator é usado por pessoas de fora do assentamento?
27. Como é empregado o dinheiro proveniente do uso do trator (pagamento de aluguel do trator)?
28. Como é feita a manutenção do trator?
29. Os custos com o trator (manutenção, combustível) são pagos de que maneira?
30. Quais as melhorias trazidas pelo trator para o assentamento?

Projeto produtivo (produção animal)

31. Quais as mudanças provocadas com a implementação do subprojeto de produção animal?
32. Como é a dinâmica de implementação do projeto de produção pecuária?
33. Em que aspectos o projeto de produção pecuária interfere no seu dia a dia?

Percepção dos beneficiários quanto aos impactos do projeto sobre indicadores de pobreza

34. Considerando os critérios a seguir, atribua uma nota ao impacto provocado pelo PSJ em cada item perguntado: (0) = Não promoveu impacto, (1) = Impacto pequeno, (2) = Impacto moderado, (3) = Grande impacto

Indicador de Pobreza	0	1	2	3
Acesso a serviços de saúde				
Acesso à informação				

Acesso à água				
Acesso à saneamento básico				
Condição de moradia (tipo de construção, tamanho da casa, ...)				
Acesso a alimentos				
Acesso a bens duráveis				
Acesso aos meios necessários à produção agrícola				
Produção agrícola				
Condição para comercialização da produção				
Renda				

Satisfação dos beneficiários quanto aos indicadores de pobreza

35. Considerando os critérios a seguir, atribua uma nota a sua satisfação quanto ao item perguntado: (0) = Muito insatisfeito, (1) = Insatisfeito, (2) = Nem satisfeito, nem insatisfeito, (3) = Satisfeito, (4) = Muito Satisfeito

Indicador de Pobreza	0	1	2	3	4
Acesso a serviços de saúde					
Acesso à informação					
Acesso à educação					
Acesso à água					
Acesso à saneamento básico					
Condição de moradia (tipo de construção, tamanho da casa, ...)					
Acesso a alimentos					
Acesso a bens duráveis					
Acesso aos meios necessários à produção agrícola					
Produção agrícola					
Condição para comercialização da produção					
Renda					

Fatores que favorecem e limitam os resultados do PSJ na comunidade

36. Que nota, de 0 a 10, você daria para o PSJ em relação aos seguintes aspectos?

- Informações dadas pelos gestores aos beneficiários ()
- Transparência na aplicação dos recursos ()
- Capacitação dos beneficiários com cursos de formação ()
- Capacidade de atender às necessidades dos beneficiários ()

37. Que fatores você acha que podem ter limitado o sucesso do PSJ na sua comunidade?

38. Quais fatores contribuíram para bons resultados do PSJ na comunidade?

39. Quais mudanças você sugere para melhorar os resultados do PSJ na comunidade?